

ESPECIAL

O exemplo de Grabois, comandante do Araguaia

Há 10 anos, no Natal de 73, tombava em combate o dirigente comunista e guerrilheiro Maurício Grabois. Pág. 3



Papai Noel com fome no Natal dos pobres

O Natal dos explorados, dos desempregados, e o Natal dos ricos na página 8.



Campanha pelas diretas se multiplica no país

Iniciativas em Salvador, Pernambuco, São Paulo. Página 2

EDITORIAL

Uma saída popular

Feliz ano novo? É um sonho difícil para a classe operária e todos os trabalhadores neste Brasil tutelado pelos generais. Se depender destes, o país afundará ainda mais na crise e 1984 será de fome e miséria, como 1983, só que muito pior. Mas se os oprimidos se unirem e lutarem de forma organizada estará aberta a possibilidade real para a felicidade que os brasileiros sonham. E estará selada a sorte da ditadura.

Nas fábricas, nas fazendas, nos bairros e povoados espalha-se um pensamento único, contra a desastrosa orientação política e econômica vigente. No lar de cada trabalhador neste Natal o grande presente seria a substituição do governo Figueiredo por um novo, escolhido em eleições diretas, comprometido com o povo e a nação. Neste sentimento de milhões reside o fator essencial capaz de quebrar a máquina de opressão montada pelo regime militar. O que falta é este gigante ter consciência de sua força e desferrar o seu punho com firmeza para demolir o adversário.

O movimento operário e popular multiplicou as suas lutas e as formas de resistência. De norte a sul do país as batalhas se sucedem, com greves, ocupações de terras, de terrenos e de casas, invasões de supermercados. Mas ainda são combates isolados. Falta dirigir estes milhares de afluentes para uma torrente única, que rompa os obstáculos.

O descontentamento generalizado é a grande força popular contra o regime. Mas a dispersão é ainda a sua grande debilidade.

Existem hoje condições objetivas para realizar a unidade das massas. Os operários e o povo são vítimas da brutal ofensiva do capital e da submissão do país ao imperialismo. A união é uma necessidade concreta para que os trabalhadores façam valer seus interesses diante da crise.

Para promover um movimento popular unitário em plano nacional, urge que acima dos sentimen-

tos mesquinhos de grupos, prevaleça o interesse maior dos explorados. Ainda mais com as limitações impostas pela legislação reacionária contra o funcionamento das organizações, partidos e entidades operárias e populares, a unidade exige o abandono radical das concepções exclusivistas. Embora não se abra mão do debate e da crítica, todas as forças dispostas à luta devem ser incorporadas.

Além do combate direto pelo fim do regime, por eleições diretas e outras questões gerais, não se pode desprezar as reivindicações mais imediatas, ligadas ao problema do desemprego, da redução dos salários, da permanência na terra, da moradia, do estudo, assim como ao combate dos abusos das autoridades, das mordomias, etc. Numa discussão cuidadosa é possível se chegar a uma plataforma mínima comum, em torno da qual as entidades, as lideranças, as correntes políticas ligadas ao povo se comprometam. É em torno da qual seja viável formar uma coordenação ampla, sem sectarismo, que organize a luta conjunta.

Estas coisas não se tornam realidade espontaneamente. Se não forem tomadas iniciativas práticas, com reuniões, encontros, congressos ou seja qual for a melhor forma, em plano local, estadual e nacional, o movimento popular corre o risco de não acompanhar o ritmo alucinante da crise. E de não ter voz ativa no cenário político num momento de ruptura.

Só o movimento popular, organizado de forma independente, com objetivos e métodos de atuação próprios, é que pode romper o clima de conciliação mantido até agora pela oposição burguesa. Mesmo sem romper com os setores vacilantes, o povo pode criticá-los e tem condições de arrastá-los para posições mais decididas na luta pela liberdade e pela democracia. Um núcleo popular coeso é a base fundamental para uma ampla frente única democrática contra o regime militar.

1984 Um vulcão em chamas

O general Figueiredo já não sabe o que faz com sua sucessão biônica, a crise política bate à porta do Palácio do Planalto e o povo, "um vulcão que já expele lavas", exige eleição direta e o fim do regime militar. Págs. 4 e 5



Delfim Netto é o mais citado nos casos de corrupção que estouraram em 83, seguido de perto por Galvêas. Há também numerosos generais envolvidos, além do macabro órgão de espionagem que é o SNI. Os dez maiores e piores escândalos do ano estão na pag. 6

Cerca de 4 milhões de grevistas em 365 dias, incontáveis ações por moradia, centenas de ações coletivas para tomar comida nos supermercados das grandes cidades ou na zona da seca. Mas apesar da ampliação faltou ainda unidade ao movimento popular. Pág. 7



Campanha por diretas se espalha pelo país

A campanha de massas pela eleição direta para presidente da República está se espalhando numa infinidade de iniciativas localizadas, acumulando forças para passar a grandes ações unificadas. Praticamente não há congresso, encontro ou manifestação popular em que o assunto não entre em pauta, sempre mostrando a disposição unânime de conquistar as diretas.

No 1º Encontro de Associações de Moradores de Bairros do Norte e Nordeste do Brasil, dias 10 e 11, a campanha pelo voto direto foi um dos assuntos mais tratados. Os 600 delegados presentes em Salvador da Bahia, vindos também do Ceará, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte, gritaram repetidas vezes "Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil". Um grupo de carlos eleitorais do PDS, de Pernambuco, que veio ao encontro com financiamento do governo, ainda tentou defender algum tipo de mandato-tam-

pão, mas foi vaiado e retirou-se.

Para os que ainda se espantam ao ver um encontro de associações de moradores ousar tratar as questões da grande política, o presidente da Federação das Favelas de Fortaleza, Inácio Arruda, explica: "Este encontro teve a característica própria da consciência e do avanço do povo brasileiro, rumo à derrubada do regime autoritário e prepotente".

No distrito de Ponte dos Carvalhos, local de moradia de canavieiros do município do Cabo, Pernambuco, a inauguração de um Diretório Distrital do PMDB foi o motivo para outro ato pelas diretas. Mais de 500 populares estiveram no comício, assim como clubes de futebol, associações de moradores, vereadores, o secretário do PMDB, Lúcio Alves, o prefeito Elias Gomes. A deputada federal Cristina Tavares, presente também, arrancou aplausos quando disse: "Não temos que pagar dívida alguma, não devemos nada, mas para isto é preciso ter um governo eleito pelo povo.

"O sucesso da manifestação mexeu com as oposições pernambucanas. Um grande ato já está marcado para janeiro em Olinda, segunda cidade do Estado.

EM SP O POVO JÁ VOTA

Em São Paulo o povo, informado por não poder ainda votar para presidente, recorre às eleições presidenciais simuladas e plebiscitos como forma de luta. Um desses plebiscitos começou em Presidente Prudente segunda-feira, dia 12, para estender-se até sexta-feira e culminar no sábado com uma passeata no centro da cidade. Logo no primeiro dia cerca de 200 pessoas depositaram suas cédulas. Os organizadores são o PMDB, o PT, oito sindicatos e duas entidades estudantis, entre outras. O deputado estadual Mauro Bragato e o presidente do PMDB local, Vanderlei Garcia, manifestaram a expectativa de que os plebiscito "inspire ações semelhantes" — o que já começou a ocorrer em diversos bairros da periferia Leste e Sul da capital paulista. (das sucursais)

Metroviários paulistas retomarão seu Sindicato

Os 4.500 metroviários de São Paulo conquistaram mais uma importante vitória: sob forte pressão, o ministro do Trabalho convocou novas eleições para o Sindicato, que estava sob intervenção desde a greve geral do dia 21 de julho. Dos cinco Sindicatos atingidos pela intervenção devido sua atuação na greve, este é o primeiro a ser reconquistado.

Durante o período em que a entidade esteve nas mãos do governo os metroviários não abandonaram. Para exigir o fim da intervenção foi feito um abaixo-assinado com a adesão de mais de 2 mil metroviários; várias caravanas foram a Brasília pressionar o ministro do trabalho; houve um amplo trabalho para conseguir o apoio

das forças democráticas. Fruto desta ação, o ministro cedeu, estipulando para dia 27 o prazo de registro das chapas que concorrerão ao pleito.

DEFESA DO SINDICATO

Atualmente uma das principais preocupações dos metroviários é a defesa da sua entidade de classe. Desde que foi reconhecido, o Sindicato teve presença constante e ativa nos locais de trabalho. A paralisação do dia 21 evidenciou o bom trabalho sindical realizado: até o meio-dia o Metrô não funcionou, deixando sem transporte cerca de 1 milhão de usuários.

Para o diretor cassado Wagner Gomes, funcionário do Terminal Rodoviário do Tietê, vários motivos explicam o respeito que a categoria tem pela entidade: "A diretoria cassada não descuidou de nenhum problema e anseio do metroviário. Ajudou a educar politicamente a classe, mostrando que isoladamente nada se conquista, é necessário união. Hoje também é consenso que os nossos problemas são consequência da política antipovo do regime militar. Este é o nosso inimigo principal".

Paulo Soler, secretário cassado, dá sua opinião "A chave dos êxitos do Sindicato reside no fato de, além de tratar das questões específicas, imediatas, não se caiu num sindicalismo economicista, assistencialista. Tratou dos problemas diários com carinho, mas foi além: ajudou a organizar e conscientizar a classe enquanto classe".



Foto: L. Carlos Leite

Soler: "consciência de classe"

PRÓXIMA ELEIÇÃO

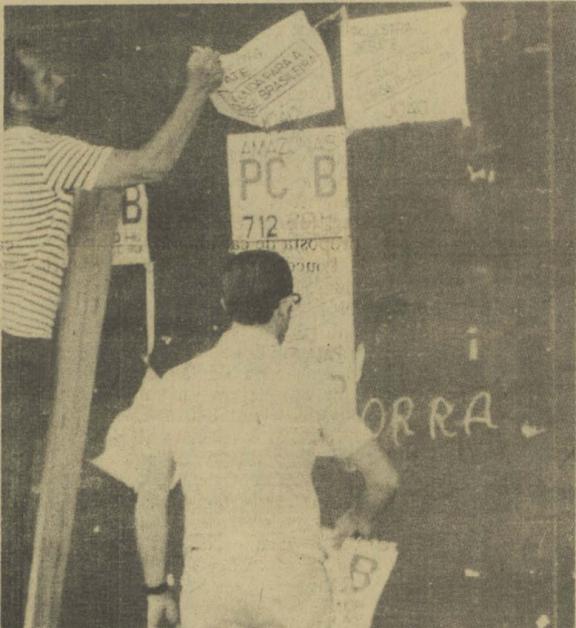
No próximo dia 19 será feita uma convenção democrática e ampla para escolher a chapa para concorrer ao pleito. E há perspectivas de formação de chapa unitária, reunindo os trabalhadores mais representativos e atuantes, para dar continuidade ao bom trabalho desenvolvido pela diretoria cassada. Deverão compô-la as novas lideranças forjadas nestes anos de luta, principalmente na greve geral. Assumindo um dos mais importantes Sindicatos da capital paulista, a nova diretoria terá papel de destaque na luta contra o arrocho e o desemprego, pelas eleições diretas e pela reificação do movimento sindical.

Dirigente comunista faz visita a Santa Catarina

João Amazonas, conhecido dirigente comunista, esteve em Florianópolis a convite da Apufsc, UNÉ e DCE-Ufsc, para uma palestra que contou com o apoio de diversas outras entidades democráticas. Cerca de 300 pessoas assistiram ao debate, precedido de uma colocação em defesa da liberdade de expressão e organização e do direito do PC do B à legalidade.

Como para mostrar a oportunidade desta defesa, a comissão organizadora do evento apontou diversas tentativas de dificultá-lo. A direção da Universidade Federal de Santa Catarina, que se comprometera a ceder o local para a palestra, tentou voltar atrás. Funcionários da Universidade receberam ordens de arrancar todos os cartazes e faixas de convocação. Os funcionários que se recusaram a participar da ação policial foram ameaçados pela direção. Mesmo assim a palestra teve pleno êxito.

Amazonas efendeu com ênfase a luta pelas eleições diretas para a residência, ao mesmo tempo em que alertou: "O regime pode cair antes". Considerando como "medida número um a passagem do



Funcionários obrigados a retirar os cartazes de convocação

poder dos militares para a população", lembrou que isso poderia antecipar o pleito direto.

O dirigente comunista visitou também a Assembléia Legislativa do Estado, tendo

uma conversa ampla e cordial com seu presidente e vários deputados. E manteve um concorde contato com jovens da corrente estudantil Viração de Santa Catarina.

(da sucursal).

Ex-ditadores argentinos processados por tortura

Quarta-feira dia 14, apenas 4 dias após assumir a Presidência da Argentina pela via direta, Raul Alfonsín cancelou a anistia que os militares torturadores e assassinos concederam a si próprios. Serão processados por "homicídio, prisão ilegal de pessoas e tortura de presos políticos", entre outros, os generais Videla, Viola e Galtieri, chefes da ditadura fascista no país entre 1976 e 1982. A medida, sintetizada com os sentimentos de justiça do povo argentino, teve intensa repercussão.

No dia da posse, mais de 1 milhão de pessoas se concentraram em frente ao Congresso Nacional, levando Alfonsín a citar em seu discurso algumas reivindicações populares. Durante o fim de semana Buenos Aires ficou coberta de bandeiras azuis e brancas, enquanto os bailes em praça pública, com artistas como Astor Piazzolla, duraram dias. Em toda parte o povo revela sua ansia de participação, tentando recuperar o tempo perdido em sete anos de trevas e terror militar-fascista.

O sentimento popular tem olhos bem definidos. Na ceri-



Caricatura do jornal argentino Humor: fogo cerrado nos generais

mônia de posse, o vice-presidente ianque George Bush foi recebido com uma estrondosa vaia. Os representantes do regime militar também foram hostilizados pela massa. O general Bignone (estranhamente não incluído na lista dos militares processados) teve que deixar a Casa Rosada pela porta dos fundos, com medo da ira popular. Porém o mais visado mesmo foi o general Galtieri, que nem apareceu. O povo gritava: "Galtieri, borracho (bebado), matastes los muchachos". Já a viúva de

Peron, Isabelita, foi aplaudida.

Sob esta poderosa pressão popular, o novo presidente prometeu que "o Estado não se subordinará a poderes estrangeiros no tratamento da dívida externa". E dias depois decretou o congelamento dos preços de alguns gêneros de primeira necessidade. O povo, aos gritos de "a ditadura acabou", trata de reforçar a pressão para que estas medidas e promessas sejam de fato levadas até o fim, e tenham seqüência. (Luís Fernandes)

Greve dos metalúrgicos da Friz Modu Car

No dia 5 de dezembro os operários da Friz Modu Car, no ABC paulista, entraram em greve. Os metalúrgicos reivindicavam um aumento salarial de 13%. Além desta, os grevistas levantavam diversas outras exigências que demonstram as péssimas condições em que eles trabalham. Entre elas, o aumento da quantidade de leite nas seções insalubres; exaustor na seção de polimento; limpeza nos banheiros; direito a retirar vale; abono com aumento e estabilidade de seis meses.

A greve teve 100% de adesão. Às 15 horas, em função da grande mobilização dos trabalhadores, a empresa apresentou uma contra-proposta que foi aceita pela maioria. Os grevistas conquista-

ram o leite, exaustor, melhores condições de limpeza, aumento de 13% a partir de novembro, pago em dezembro, vale de 20% com aumento para o dia 26 de dezembro e estabilidade de seis meses para os quatro operários que participaram das negociações com os patrões.

Durante toda a semana que passou reinou na empresa um clima de grande euforia não só pelas conquistas obtidas como também por ter sido esta a primeira greve já realizada na Friz. Logo em seguida a empresa tentou enganar os operários não incorporando no pagamento o estabelecido no acordo. Assim que viam os hollerits, os trabalhadores iam cruzando os braços. A fábrica ficou parada o

dia todo. Uma assembléia convocou os trabalhadores para a porta da fábrica no dia seguinte, quando foi decidido o prosseguimento da greve pelo aumento e demais reivindicações constantes no acordo. Estas deveriam ser fixadas no quadro de avisos para impedir falsas argumentações dos patrões. No mesmo dia a empresa decidiu pagar 10 mil cruzeiros para todos os horistas, conceder o vale com 20% de aumento e fixar as reivindicações.

Os operários retornaram ao trabalho mas decididos a cruzar os braços novamente caso a empresa volte a desrespeitar o acordo ou demita alguém. (do correspondente em São Bernardo do Campo, SP)

Campista renuncia e CNTI fica nas mãos do governo

Após vários anos de reinado, o arquipelago Ari Campista pediu renúncia do cargo de presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no fim da semana passada. Conforme denúncias da Tribuna Operária (ver o número 148), Campista estava envolvido em grossas denúncias de corrupção com dinheiro da entidade sindical. Segundo recentes revelações, na conta particular do arquipelago estavam incluídos 700 milhões de cruzeiros que pertencem a entidade, são parte do imposto sindical pago obrigatoriamente pelos operários industriais. Alegando "razões de saúde", Campista renunciou e sumiu do mapa, deixando a CNTI nas mãos de seu vice-presidente e dos agentes do Ministério do Trabalho, que fazem auditoria. Desta forma a entidade nacional dos operários da indústria de todo o país continua sob domínio do governo, imobilizada e sujeita a novas corrupções.



Cercos da Brigada Militar para permitir a saída do Correio do Povo

Jornalistas gaúchos páram a Empresa Caldas Júnior

No último dia 13, não circulou no Rio Grande do Sul o jornal Folha da Tarde e o tradicional Correio do Povo saiu com apenas 16 páginas e 20 mil exemplares. Isto porque os jornalistas, gráficos e motoristas da Empresa Jornalística Caldas Júnior, inconformados com os atrasos salariais desde março, resolveram realizar uma greve de 72 horas. A paralisação conta com a adesão das sucursais do jornal em nove municípios do Estado e os funcionários da TV Guaíba também estão parando suas atividades, apesar do prédio da emissora estar cercado pela PM. Vários Sindicatos e vereadores de Porto Alegre já se solidarizaram com o movimento e o poeta Mario Quintana, antigo empregado da empresa, apoiou a greve, afirmando: "Até meu di-

nheiro na poupança já acabou".

O latifundiário e criador de cavalos Breno Caldas, dono da empresa, não quer pagar o atrasado e chamou a polícia para reprimir os grevistas, contando com a ajuda de 200 soldados da Brigada Militar. Um motorista foi ameaçado com revólver no rosto; duas jornalistas foram espancadas; e o guarda-costas de Breno Caldas, de revólver na cintura, ameaçou de morte o vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas, Loir Gonçalves.

Já em Goiânia, no mesmo dia, os jornalistas e gráficos realizaram uma passeata e uma concentração em protesto contra as demissões em massa nas empresas. O jornal Diário da Manhã divulgou uma lista de 41 trabalhadores que seriam demitidos. (das sucursais)



Foto: Eduardo Simões

Ari Campista, o arquipelago

CDM Tribuna Operária
 Rua Adoniram Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 367.5531 (DDD 011) Telefax: 332.1331 (CEP 01318)
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
 Conselho de Direção: Rogério Lustosos, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
 A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Aníbal de Lida, Composta e impressa por Presso Editorial, rua Heitor Pentado 263, Jd. 8, tel.: 263.7400 São Paulo — SP.

Grabois, herói do povo brasileiro

Constituinte soberana

A época da Assembléia Nacional Constituinte de 1946 houve uma polémica sobre a sua soberania. Maurício Grabois, líder da bancada comunista na Constituinte, foi o primeiro orador de sua plenária. E sua intervenção foi justamente no sentido da defesa da soberania da Constituinte em relação a todos os outros Poderes instituídos no país:

Senhor Presidente, Senhores Constituintes. Vou levantar uma questão de ordem que julgo de grande importância para a Assembléia Constituinte que hoje se instala. Devemos e precisamos lutar pela soberania desta Assembléia, como poder legítimo verdadeiramente eleito pelo povo. Ao iniciarem-se, portanto, os trabalhos de hoje, precisamos fazer valer essa soberania, que o povo conquistou para a sua Assembléia Constituinte. Em tal sentido, as normas regimentais, que foram, por assim dizer, outorgadas a esta Assembléia, não podem prevalecer porque não partiram do povo, nem da própria Assembléia Constituinte. Refiro-me ao Decreto-lei número 8.708, que, além do mais, se baseia na Carta caduca, parafascista, de 10 de novembro de 1937. (Muito bem! Palmas.)

"Neste sentido, vou fazer a seguinte proposta aos nobres colegas:

"Projeto de Normas Regimentais dos Trabalhos Iniciais da Assembléia Constituinte.

Considerando que a Assembléia Constituinte é o único poder soberano, já que eleita pelo povo, com poderes constituintes e legislativos;

Considerando que, assim, nenhum poder superior à Assembléia Constituinte existe no país e conseqüentemente nenhum capacitado para lhe ditar qualquer lei ou regulamento;

Considerando que essa Assembléia Constituinte não pode ser regida, muito menos, por um regulamento que circunscreva seu poder — aos limites da carta parafascista de 37, como é o caso do regulamento —, baixado pelo Decreto-lei nº 8.708 no seu art. 2º;

Considerando que, juridicamente, como afirma o Sr. Carlos Maximiliano, nos seus Comentários à Constituição Brasileira, 3ª ed. pág. 342, "Nenhum poder estranho a uma assembléia toma parte na elaboração do Regimento Interno.

Considerando que a tradição histórica das Assembléias Constituintes de 23 e de 91 tem sido a de os próprios constituintes redigirem o Regimento Interno e terem os seus trabalhos dirigidos desde o primeiro dia por um Presidente saído do seu próprio seio;

Considerando que na Assembléia Constituinte de 1934 a quebra dessa tradição suscitou amplos e veementest protestos;

"Propomos:

1º) que seja suspensa por 15 minutos a presente sessão para reabrir-se sob a presidência do mais velho dos diplomados presentes.

2º) que, reaberta a sessão, seja posto em discussão o seguinte projeto de regulamento provisório:

PROJETO

"A Assembléia Nacional Constituinte, usando do poder que lhe foi conferido pelo povo brasileiro, promulga as seguintes normas regimentais que regularão os trabalhos dessa Assembléia,



Os Constituintes de 1946

até a votação de seu Regimento Interno:

Art. 1º Os candidatos eleitos para o Congresso Nacional, devidamente diplomados, reunir-se-ão no dia 1 de fevereiro do corrente ano, às 14 horas, no Edifício da Câmara dos Deputados, Palácio Tiradentes, a fim de, sob a Presidência do mais velho dos diplomados presentes, secretariado por diplomados designados pelo Presidente, realizarem sessões preparatórias.

a) Declarada aberta a sessão, serão os diplomados presentes convidados a entregar seus diplomas.

b) Terminado o recebimento, o Presidente procederá à indicação de uma Comissão para relacionar os diplomas dos deputados e suplentes presentes.

c) Organizada a Comissão, o Presidente suspenderá a sessão por 1 hora para que sejam organizadas 3 listas dos candidatos possuídores de diploma: uma dos candidatos de diplomas nas condições legais; outra dos candidatos portadores de diplomas duvidosos, se os houver; e ainda uma terceira lista dos suplentes dos candidatos diplomados legalmente.

d) Os candidatos portadores de diplomas de Senador ou de Deputado por mais de uma circunscrição onde houver obtido maior número de votos; se eleitos simultaneamente para Senador e Deputado, prevalecerá a eleição para Senador, pela circunscrição onde houver obtido maior votação, ressalvados sempre o direito de opção do candidato e a deliberação que posteriormente adotar a respeito de tais investiduras a Assembléia Constituinte.

e) Os diplomas que, por qualquer motivo, forem julgados duvidosos serão imediatamente enviados ao Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que este, com urgência, resolva a respeito.

f) Os diplomas perfeitos em suas condições extrínsecas, mesmo contestados em seu mérito, darão aos seus portadores todas as garantias e direitos que o Regimento estabelece, até que o Tribunal Eleitoral competente decida o contrário.

g) As listas acima referidas serão publicadas dentro do prazo de 24 horas no órgão oficial da União, para conhecimento de todos os interessados.

h) Os candidatos, cujos diplomas não forem julgados válidos, não poderão tomar parte nas sessões.

i) Os suplentes dos candidatos diplomados que hajam renunciado ou optado, serão convidados pelo Presidente a participar imediatamente dos trabalhos.

j) Em seguida, o Presidente procederá à indicação de uma Comissão que redija, no prazo de 48 horas, um anteprojeto de Regimento Interno, comissão para a qual cada Partido, representado na Assembléia, designará a um máximo de 2 membros.

"Art. 2º Quarenta e oito horas depois da 1ª sessão, os candidatos julgados legalmente diplomados, sob a presidência do mais velho, discutirão e votarão o projeto de Regimento Interno apresentado pela comissão designada na sessão anterior, que passará daí por diante a reger os trabalhos da Assembléia.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1946.

"É a proposta que tenho a fazer aos nobres senadores e deputados." (Palmas)

(Esta proposta de Regimento Interno apresentada por Maurício Grabois, era assinada pela bancada de parlamentares comunistas).

João Amazonas, veterano dirigente comunista, enviou à Tribuna Operária este artigo sobre Maurício Grabois, militante comunista e herói do nosso povo, na passagem do décimo aniversário de seu desaparecimento:

Há dez anos deixou de bater o coração ardente e generoso do revolucionário proletário Maurício Grabois. Caiu nas selvas do Araguaia na manhã do dia de Natal de 1973, enfrentando bárbaros inimigos do nosso povo.

Sua vida é um exemplo destacado de firmeza e coerência revolucionárias. Desde jovem ingressou nas fileiras comunistas, onde militou durante mais de quarenta anos. Nunca vacilou no caminho que escolhera. Atuou como simples ativista de base, como dirigente regional e, a partir de 1943, como membro da Comissão Executiva do Comitê Central do PC do Brasil. Foi preso no início da II Grande Guerra, cumpriu pena de ano e meio nos cárceres do Rio de Janeiro. Posto em liberdade, já no dia seguinte ligava-se ao Partido que então atravessava uma fase difícil. Ergueu-se decididamente contra os liquidacionistas. Ajudou a reorganizar as fileiras proletárias, tomou parte ativa na Conferência da Mantiqueira. No período de legalidade multiplicou seus esforços em prol do fortalecimento e consolidação do PC do B. Eleito deputado, foi o grande líder da bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946. Ali travou diariamente a batalha política contra as forças reacionárias. Depois de cassado o seu mandato parlamentar, em janeiro de 1948, viveu muitos anos na clandestinidade. Voltou à vida legal em 1957, ocupando as funções de 1º secretário do Comitê Regional do Rio de Janeiro. Um pouco antes, teve participação decisiva no combate ao liquidacionismo que ressurgia, inclusive no Comitê Central, após o XX



Familiares dos desaparecidos na guerrilha visitam o Araguaia, em 1981

O comandante do Araguaia

Elza Monerat, antiga militante comunista, esteve ao lado de Maurício Grabois, quando este se transferiu para as selvas do sul do Pará. Aqui ela conta o dia-a-dia do Comandante da Guerrilha do Araguaia:

Convencido de que sem luta armada, sem revolução, não será possível uma mudança radical no regime que impera no país, Maurício Grabois partiu para a região do Araguaia, em 1967. Ali, junto com alguns companheiros ex-presos políticos, profissionais liberais, estudantes perseguidos e/ou condenados pelo decreto 477, operários e camponeses que pensavam como ele, passou a viver igual aos demais moradores, na maior parte posseiros que amanhã a terra de onde tiram o sustento.

Como os habitantes do lugar, conheceu a região, a mata, a época do amadurecimento das frutas silvestres que os animais comem, o melhor modo de caçá-los. Conversava com os lavradores observando a rotina da vida que levavam, a forma como conseguiam safar-se das dificuldades, a luta contra os empecilhos que as autoridades punham em seus caminhos. Divertia as crianças imitando os mágicos. Conhecia as veredas da floresta, as praias, as cachoeiras, os meandros, a serenidade e a turbulência do Araguaia e do Tocantins.

Quando a 12 de abril de 1972 os moradores do sul do Pará foram atacados pelo Exército, Maurício achou que outra saída não havia senão a resistência. E foi o que disse a uns posseiros que, na hora, se encontravam em sua casa. Os futuros guerrilheiros possuíam apenas espingardas de caça e revólveres. Outras armas teriam de ser tomadas do inimigo. Seus companheiros tinham experiência de passar dias na floresta comendo o que encontravam. Assim pensando, embrenhou-se na mata e começou sua vida de guerrilheiro, alimentando-se de frutas, palmito, caça, dormindo em rede atada entre duas árvores, tanto nas noites enluaradas como

Congresso do PCUS. Em 1958 teve início a resistência à orientação oportunista de Prestes e seus seguidores. Grabois esteve nas primeiras linhas desse combate. Em 1960, no período de discussão e realização do funesto V Congresso do PCB, Maurício foi quem melhor desmascarou a linha oportunista. Seu artigo DUAS CONCEPÇÕES, DUAS LINHAS POLÍTICAS norteou a demarcação de posições entre revolucionários e revisionistas. Em fevereiro de 1962 foi o lutador de vanguarda na reorganização do PC do Brasil. Deu grande contribuição teórica e política na elaboração dos principais documentos do Partido. Por sua mão, e orientado por sua inteligência fulgurante, ressurgiu "A CLASSE OPERÁRIA", órgão central do PC do Brasil. Mais tarde, na fase da ditadura militar fascista, assumiu cabalmente a dura tarefa de preparar a resistência armada que teve lugar no Araguaia, de 1972 a 1975.

Todos os que trabalharam em sua companhia sentiram de perto quanto talentoso, desprendido e abnegado, leal e valente na crítica aos erros prejudiciais aos comunistas, era esse militante do movimento proletário. Grabois é dessas pessoas que nunca serão esquecidas pelos que privaram de sua convivência. Era um homem otimista que acreditava profundamente na vitória final da causa do povo. Sua obra e seus feitos jamais serão olvidados, servirão de exemplo às gerações atuais e futuras de revolucionários conseqüentes.

Glória a Maurício Grabois, militante destacado de quem se orgulha o Partido Comunista do Brasil!



nas chuvosas. No período anterior ao ataque das Forças Armadas, Maurício Grabois e João Amazonas, sentados num tronco, com a máquina de escrever em cima de um toco de árvore, elaboraram, em plena selva amazônica, alguns documentos básicos do Partido, como Guerra Popular, Caminho da Luta Armada no Brasil; Política e Métodos de Revolucionarização do Partido; 50 Anos de Luta do PC do Brasil, além de importantes documentos militares que muito ajudaram a guerrilha. Durante mais de um ano e meio (de 12/4/72 a 25/12/73) o camarada Grabois, que contava 61 anos de idade, em 1973, viveu na floresta, acompanhou e dirigiu a guerrilha, analisando seus erros e acertos. Sentiu a perda de valentes e queridos companheiros, entre os quais seu filho André, comandante do Destacamento Heleirina Resende.

Mais de 90% da população local apoiou a guerrilha de várias formas, participando também diretamente da luta armada, tombando com heroísmo no campo de batalha. No dia de Natal de 1973, o local em que Grabois e vários guerrilheiros se encontravam foi violentamente atacado. Desde esse dia, não mais se teve notícias de Maurício Grabois e de outros guerrilheiros. É provável que, após algum tempo de luta, tenham sido assassinados pelas forças militares.

Maurício Grabois e os demais combatentes do sul do Pará não lutaram em vão. A guerrilha do Araguaia foi a mais importante luta travada no Brasil contra a ditadura dos generais, por uma vida digna para o proletariado e o povo, pela reforma agrária, pela independência, pela liberdade, pelo socialismo.

Maurício Grabois desapareceu, mas sua lembrança permanece viva em nossos corações. Seu exemplo é um guia para os combates futuros. A bandeira que ele empunhava com orgulho está no alto, erguida pelas mãos vigorosas do proletariado e do campesinato, das forças populares e democráticas. A luta continua. E triunfará!

"Vivo uma luta para descobrir o que aconteceu com Maurício"

Neste Natal uma família, no Rio de Janeiro, estará fazendo uma reflexão, vivendo uma saudade. Há dez anos desapareceu Maurício Grabois. Marido de Alzira, pai de Vitória, avô de Igor, Maurício morreu junto a seu genro, marido de Vitória, Gilberto Olímpio Maria, e pouco dias após seu filho, André, também assassinado na região do Araguaia.

"Eles são mortovivos e eu uma vivamorta", desabafa dona Alzira Grabois. "Hoje, vivo uma luta para descobrir o que aconteceu com Maurício e seus companheiros. Estivemos no Araguaia conversamos com os camponeses, com o povo que apoiou a guerrilha. Sabemos que o Exército tem relatórios completos sobre tudo o que sucedeu. Os mortos e assassinados na tortura, quando não eram identificados no local, tinham suas cabeças e mãos cortadas e enviadas a Brasília, para identificação. A guerrilha do Araguaia faz parte da história do Brasil e meu marido, meu filho e genro, entre outros comunistas, patriotas e democratas, participaram desse episódio. Está na hora dos arquivos serem abertos."

Dona Alzira relembra seu conhecimento com Maurício, quando ela era secundarista, ele já era um militante comunista; a clandestinidade forçada a que ele foi submetido, em 1935; o reencontro em 1940, por acaso, numa rua do centro do Rio de Janeiro: "Ele estava empenhado na criação de uma editora de livros marxistas. Começamos a namorar. Meses depois, ele me fez uma proposta de casamento."

Pouco após o casamento, Maurício foi preso. Saiu da cadeia em 1942, época da luta anti-fascista. Imediatamente voltou à luta política, auxiliando a formação da Liga de Defesa Nacional. Um ano depois nasceu sua filha, Vitória, e em 1946 o filho, André. O Partido Comunista do Brasil havia conquistado a legalidade, e Maurício se elegeu deputado constituinte, obtendo 34 mil votos.

"A legalidade durou pouco", conta dona Alzira. "Em 1948 ele foi cassado. Chegou até a ser preso, apesar de doente. Liderei um movimento junto aos parlamentares não cassados, entre eles dois comunistas, Pedro Pomar e Diógenes Arruda, que foram eleitos pela legenda do PSP. Maurício foi solto horas depois. Em seguida fizeram uma provocação na Vila Militar. Culparam meu marido pelo incêndio de uma fábrica de armas do Exército. Já naquela época eles botavam 'bombinhas'. Recomendaram, então, que nos mudássemos para um local onde ele pudesse se curar."

Em 1955, Grabois foi, com a delegação brasileira, ao 20º Congresso do Partido Comunista da URSS. Voltou aborrecido com o rumo revisionista tomado pela camarilha de Nikita Krushov. "No V Congresso do PC do Brasil, em 1960, ele foi afastado do Comitê Central. Em 1962, como Maurício era diretor do jornal 'A Classe Operária', re-

ATO EM HOMENAGEM DO 10º ANIVERSÁRIO DO DESAPARECIMENTO

Maurício Grabois

HERÓICO DIRIGENTE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL EX-CONSTITUINTE DE 46.

DIA 16 DE DEZEMBRO AS 18:30H NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Com a presença de João Amazonas, dirigente comunista companheiro de Grabois

No Rio, um ato em homenagem a Grabois

gistrou esse título em seu nome, tirando dos revisionistas essa legenda que faz parte da história de nosso povo".

LUTA ARMADA

Em 1962, Maurício Grabois participou, ao lado de João Amazonas, Pedro Pomar, Lincoln Oest, Carlos Danielli e José Duarte, da Conferência Nacional Extraordinária, em São Paulo, que reorganizou o Partido Comunista do Brasil. "A Classe Operária" estava nas bancas de jornais, vendendo, somente no Rio de Janeiro, 11 mil exemplares.

"No golpe militar de 1964, Maurício não apareceu em casa", rememora dona Alzira. "Fomos para a residência de parentes e, quatro dias depois, Maurício e João Amazonas foram nos buscar. Nos mudamos para outro Estado". Nessa época, Vitória já estava casada com Gilberto Olímpio, um dos redatores de "A Classe Operária".

A vida continuou. E com ela, a luta contra os opressores. Novamente na clandestinidade, Maurício foi para o sul do Pará, com André, seu filho, e o genro Gilberto. Preparavam terreno para a luta armada contra a ditadura militar. Em casa, dona Alzira, Vitória e Igor - filho de Vitória e Gilberto - nada sabiam do movimento na região do Araguaia. A família só foi informada do desaparecimento dos três combatentes meses depois de sua provável morte.

"Eu tinha seis anos, vivia clandestino, e lembro apenas do jipe de meu pai, diz Igor Grabois Olímpio. Não entendia por que meu pai, meu tio André, e meu avô apreciavam tão pouco. Só fui saber da morte deles em outubro de 1979, ao ler uma reportagem sobre o PC do B. Perguntei à minha mãe, e ela confirmou". Poeta, Igor, agora com 17 anos, diz em um de seus trabalhos: "Não sou melhor que vocês, nem pior, apenas nasci depois". (Entrevista a F. Pereira)

A Chacina da Lapa, em 1976

Na sua feroz pretensão de liquidar o Partido Comunista do Brasil, a ditadura militar não se contentou em cortar a cabeça dos combatentes da guerrilha do Araguaia que caíram em suas mãos. Em 16 de dezembro de 1976 o 1º e 2º Exércitos, numa operação combinada, prenderam seis dirigentes e assassinaram outros três, depois de uma reunião do Comitê Central realizada na Lapa, em São Paulo. O general Dilermano Monteiro, então comandante do II Exército, ainda confessou que o plano era matar também João Amazonas, que não estava na reunião.

Na invasão da casa, com tiros de metralhadoras e de armas de grosso calibre, foram assassinados Pedro Pomar e Angelo Arruol - o primeiro fora deputado constituinte de 1946 e o segundo, combatera no Araguaia. Para justificar a sua covardia, os

agentes do Doi-Codi colocaram armas junto aos cadáveres, para simular um combate. Na rua já haviam sido presos outros sete participantes da reunião, sendo que um deles, João Batista Drumond, foi morto poucas horas depois, sob tortura.

A "Chacina da Lapa" foi mais um dos muitos crimes perpetrados contra o PC do Brasil, ao longo de sua história. Faz parte do esforço infrutífero da burguesia para perpetuar o sistema capitalista e subjugar a classe operária. A organização revolucionária do proletariado é uma exigência objetiva e não desejo deste ou daquele militante. Por mais que seja golpeado, é alimentado por novas forças da classe operária. Sua missão histórica é liquidar o capitalismo e construir o socialismo. A burguesia não tem como impedir esta marcha revolucionária até a vitória.

Piquenique na cratera do vulcão

Ano de escolha de presidente, direta ou indireta, sempre foi de tensão e crise política no Brasil. Esta regra, quase sem exceção em mais de meio século (box), promete se repetir em 1984, com agravantes. "Só os cegos não vêem que estão fazendo um piquenique na cratera de um vulcão", adverte com insistência Ulysses Guimarães.

84 O vulcão sóita chamas

O vulcão, que para o presidente do PMDB "já está expelindo lavas", é o povo esfomeado pela política econômica e saturado de presidentes escolhidos à sua revelia. Mas vários outros complicadores da sucessão se entrelaçam, desenhando um quadro dos mais críticos. E aí residem as explicações de fundo para as estonteantes (ou estonteadas?) manobras da equipe Figueiredo — que fala a uma só vez em eleição direta, estrita manutenção das regras atuais, mandato-tampão, prorrogação de mandato, "consenso", parlamentarismo, "candidato-surpresa", etc., etc.

Porém o grande complicador sucessório é a decrepitude do regime de 1964. Os governos políticos, como os homens, são mortais. Embora quase nunca o admitam, eles, assim como nascem, adoecem, envelhecem... e morrem. O regime militar, aos 20 anos, está senil. Reumático, esclerótico, caduco, rabugento, cada vez mais cego e surdo, já deu o que tinha que dar.

E o que proporcioneu? O combate à inflação, prometido pelos golpistas, levou a uma taxa inflacionária de 215%, em 1983. Outra promessa, de luta contra a corrupção, deu numa orgia de roubalheiras à sombra do arbítrio fascista. O slogan do "desenvolvimento com segurança" era outra mentira. Após três anos seguidos de recessão, perdemos até a condição jurídica de nação soberana, segundo estão nos acordos com o FMI.

Figueiredo, como o marido da anedota, é o último a saber

Ao que parece, Figueiredo será o último a saber disto, tal como o marido da anedota. Em setembro, num discurso para os generais, disse que não muda nada, que "é o momento de manter posições, de aferrar-se ao terreno conquistado".

A atitude dos militares quanto à sucessão é bem esta: manter posições, aferrar-se ao regime, escolher o sucessor. Para tanto, Figueiredo fez aprovar uma emenda constitucional ajeitando o Colégio Eleitoral para o PDS ter maioria (veja box). Tem o apoio das Forças Armadas, "ple-

As acidentadas sucessões dos presidentes do Brasil

CRISE NAS DIRETAS

1930. Júlio Prestes vence eleição, com fraude. Mas quem leva é Getúlio Vargas. Revolta popular na Paraíba deflagra movimento que derruba a República Velha.

1937. Campanha presidencial de José Américo, que diz saber "onde está o dinheiro", leva Getúlio e Forças Armadas a dar o golpe que instala o Estado Novo.

1945. Dois meses antes de eleições presidenciais diretas, o Exército depõe Getúlio, acusado de favorecer ascensão democrática e popular.

1954. Conspiração do capital americano e seus simpatizantes militares faz Getúlio encerrar mandato com um tiro no peito e uma carta denunciando "forças ocultas".

1955. Direita militar não aceita que Juscelino, eleito pelo voto, seja presidente. Contragolpe do marechal Lott garante JK.

1961. Jânio Quadros renuncia, mas ministros militares dizem que o vice, João Goulart, não assume. "Campanha da legalidade", com greves e enormes

manifestações, frustra o golpe. 1964. No pano de fundo da quartelada de 1º de abril está também a previsão de uma derrota da reação nas eleições presidenciais de 1965.

CRISES NAS INDIRETAS

1967. O general Castelo Branco quer fazer seu sucessor, porém tem de engolir o general Costa e Silva, ministro do Exército tido como linha-dura, que ganha na contagem dos fuzis.

1969. Costa e Silva adoece e morre, contudo uma Junta Militar assume em vez do vice, Pedro Aleixo. Votação só de oficiais escolhe o general Albuquerque Lima, mas o Alto Comando impõe para presidente o general Médici.

1973. Médici quer fazer seu sucessor, entretanto, tem de engolir o general Ernesto Geisel, irmão do general Orlando Geisel, ministro do Exército...

1978. Geisel impõe o general Figueiredo como sucessor, depois de sufocar em Brasília uma tentativa de golpe do general Sílvio Frota, ministro do Exército e também candidato.



Cena de 1964: o golpe acabou com as diretas, mas não com as crises

namente identificadas com sua determinação de conduzir o processo sucessório", segundo o ministro Walter Pires. E recebeu delegação do PDS para "coordenar" a sucessão. Na aparência, está com a faca e o queijo na

mão.

Mas 1983 mostrou que esse esquema está bichado. A base política, social e parlamentar do regime já murcha com a derrota eleitoral de 1982, desmorona. Em julho, o grupo dissidente "Participação" faturou mais de um terço dos votos na Convenção Nacional do PDS. Em setembro, o decreto 2.024 foi derrubado no Congresso. Dias após, o Planalto exigiu, contudo a Câmara não deixou que cassassem Mário Juruna, o deputado que acusou de ladroeira o Presidente, seu gabinete e os milicos. Em outubro, com o Congresso cheio de sindicalistas e mulheres, caíram os decretos 2.036 e 2.045.

Chegou a haver, então, um ensaio de crise de governo. Figueiredo acionou pela primeira vez as medidas de emergência. Soltou em Brasília o feroz general Newton Cruz, com plenos poderes. Nesse quadro geral, a sucessão, através da Convenção do PDS e do Colégio Eleitoral biônico, fugiu ao controle de Figueiredo. A briga para fazer o sucessor reduziu a cúpula militar e partidária do regime a uma Torre de Babel. Cada presidencial — Maluf, Andreazza, Aureliano, etc. — passou a conduzir sua campanha como bem entendido.

O centro da disputa são os 964 convencionais do PDS que escolhem o candidato situacionista. Os meios de aliciamento são os menos ortodoxos — o preço do voto passa de 80 milhões. Num partido sem princípios e em desagregação, ganha quem paga mais. E Maluf, desafeto de Figueiredo mas veterano recordista nessas práticas, saiu na frente.

Os militares, acostumados a dar a última palavra na escolha, tampouco se entendem. O general Geisel veta o coronel Andreazza. O general Golbery estimula Maluf. O brigadeiro Délio disse que "o Pires não aceita o Andreazza". O general Pires retrucou que não veta ninguém. Délio quer um sucessor civil. Já o general Medeiros diz que pode ser militar e que só será anuncia-



Foto: L. Carlos Leite

Comício em SP pelas diretas; ao lado, Geisel, que veta Andreazza; Golbery, que prefere Maluf; Délio, que falou num veto, e Pires, que o desmentiu; Medeiros, defensor dos militares; e Ludwig, adepto do parlamentarismo...



A bandeira das diretas ganha uma força irresistível

Ainda há seis meses, ele anunciava que iria "conjugiar o verbo coordenar no sentido de colocar ordem", dado "o tumulto com que alguns se lançam no problema sucessório". Quis vetar Maluf. Quis fazer uma "ampla consulta", mas o tumulto aumentou tanto, que hoje o esquema planejado começa a aparecer com um risco para o regime.

Enquanto isso, a opinião pública fechou posição a favor de eleições presidenciais diretas. A pressão derivada daí é imensa, embora difusa neste início de campanha de massas pelas diretas. E no povo, o desejo de eleger o Presidente se confunde

ganhari a quarta estrela. O general Ludwig advoga o parlamentarismo...

E o general Figueiredo? O Presidente da República, chefe supremo das Forças Armadas, presidente de honra do PDS e coordenador da sucessão, faz uma triste figura. Desajeitado, contraditório, instável, primário, é o retrato da derrocada.

com a convicção de que é preciso trocar de regime político.

No esforço febril de achar uma saída que salve a cara do governo, o ministro Leitão advoga um mandato-tampão indireto. O ministro Cals propôs o mandato-tampão-com-Figueiredo. O ministro Andreazza quer manter as regras atuais. O vice, Aureliano, acena mineiramente com o consenso. E o general-presidente, após conversar e desconversar sobre as diretas, saiu-se agora com a idéia do "candidato-surpresa", nunca antes cogitado. Há indícios, entretanto, de que este seria o não muito surpreendente ministro Venturini, general do Exército, homem do SNI e presidente do Conselho de Segurança Nacional, a quem caberia administrar uma retirada

honrosa para o regime ou, se possível, cavar a escolha de um general sucessor...

A fragilidade desses estratégias salta aos olhos, face às dimensões da crise brasileira. Em contrapartida, a bandeira da eleição direta vai ganhando força irresistível nesta passagem de ano. Mesmo adeptos do entendimento com o regime passam a empunhá-la: Tancredo Neves convoca, até, um grande ato público nacional pelas diretas, em janeiro, em Minas. E o povo, que Ulysses Guimarães comparou a um vulcão prestes a explodir, seguramente dispõe-se a engrossar em massa esta campanha, como forma de apressar o sepultamento do regime que tantos males já lhe trouxe.

Se não fossem os truques sujos do governo, a oposição teria maioria no Colégio Eleitoral

	Governo	Oposição
Deputados federais	235	244
Senadores eleitos	26	19
Senadores biônicos	19	3
Delegados dos Estados pelos critérios de 73	84	109
Delegados dos Estados pelos critérios de 78	94	106
Delegados dos Estados pelos critérios de 84	81	57
Total de votos pelos critérios de 73**	345	372
Total de votos pelos critérios de 78**	355	369
Total de votos pelos critérios de 84	361	323

* Estes números incluem os 13 deputados e o senador do PTB, embora não haja garantia de que ele não reestabeça formalmente seu bloco com o PDS.

** Exclusivo os senadores biônicos, que só foram fabricados a partir de 15 de novembro de 1978.

O quadro acima mostra o porquê das sucessivas modificações que o governo introduziu no Colégio Eleitoral, encarregado de escolher o presidente pelo atual método indireto. Se o governo mantivesse as regras, a oposição seria vencedora, coisa inadmissível para os donos do poder, que inventaram o Colégio Eleitoral justo para eternizar o regime.

O truque mais escandaloso e conhecido é a presença no Colégio dos chamados senadores biônicos, escolhidos à revelia do voto popular, que dão flagrante vitória ao governo. Mas não menos suja foi a mudança no número de delegados de cada Estado, excluindo os estados de menor população.

duais. Pelos critérios de 1973, que indicaram Geisel, cada Estado mandava três delegados, mais um para cada 500 mil eleitores. Pelos de 1978, que escolheram Figueiredo, seriam três delegados, mais um por cada milhão de habitantes. Mas nas regras atuais o número é fixo — seis por Estado — o que iguala o peso de São Paulo ao do Acre, por exemplo.

Por estes motivos é que a oposição e a opinião pública em geral consideram o Colégio Eleitoral ilegítimo, biônico, imoral e absolutamente incapaz de escolher um presidente com autoridade para governar o país.

Ascensão dos governadores estreitou a base do regime

O quadro dos governadores de Estado saído das eleições de novembro de 1982, mudou consideravelmente o cenário político do país, da mesma forma que a perda da maioria pedessista na Câmara dos Deputados. O monopólio do poder político pelos generais e tecnocratas do Planalto sofreu uma séria fratura. Passado um ano, pode-se dizer que o governo federal não conseguiu se recompor da derrota eleitoral que lhe roubou a administração de dez Estados que concentram dois terços da população e três quartos da economia do país. Nem conseguirá se recompor.

PREVISÕES CONFIRMADAS
É certo que os governadores eleitos nestes Estados fazem opo-

sição à sua maneira. Representantes da burguesia liberal e conservadora, tendem para o compromisso com o regime militar sempre que não se encontram sob a sadia vigilância das massas populares mobilizadas. Ao mesmo tempo, devido à crise econômica e à absoluta centralização das decisões administrativas em Brasília, pouco conseguiram, até em termos de aliviar as condições de vida do povo trabalhador.

Quem votou na oposição julgando que a eleição mudaria de chofre o sistema político e seria a solução efetiva para os problemas do povo, sofre agora um previsível desapontamento. E de certa forma faz sua própria

experiência, afastando-se das ilusões eleitorais e compreendendo as limitações de classe desses aliados. Por outro lado, reforçaram-se as posições do eleitorado opositorista consequente, que usou o voto como arma para golpear o regime e o governo de Brasília, sem alimentar falsas esperanças de que a solução para a crise saíria das urnas.

Os governadores da oposição por sua vez, constataram na carne as magras possibilidades políticas e administrativas com que contarão enquanto o regime atual imperar em Brasília e no país. Já no final do ano, deram passos para uma postura mais ativa e de engajamento de fato na luta por eleições presidenciais diretas. Na medida em que cresça a pressão e a mobilização popular, terão de avançar mais neste rumo.

OS GOVERNADORES DO PDS

Por estranho que possa parecer, o governo federal também perdeu base de apoio político com a ascensão dos governadores do PDS. Eleitos pelo voto direto, mostraram um comportamento distinto dos governantes anteriores, que não passavam de paus-mandados do Palácio do Planalto: houve atritos e até divergências abertas com Figueiredo. É significativo, por exemplo, que dos 12 governadores pedessistas, nada menos do que sete tenham se manifestado em público pelas eleições diretas para a Presidência da República, deixando Figueiredo ainda mais iso-



Está difícil fechar as contas da dívida em 83

A discussão econômica deste fim de ano é se o Brasil consegue ou não fechar suas contas externas em 1983. Depois de um ano de FMI, a situação piorou muito. Há mais de 3 bilhões de dólares em pagamentos atrasados. Alguns deles ultrapassam 90 dias, prazo legal para a decretação da falência brasileira. Vários bancos e países recusam-se a emprestar mais.

84 O vulcão solta chamas



A única esperança para 1984 é o povo unido

Os governantes acenam com melhoras para o ano que entra. Mas o povo já sabe que "é mais fácil pegar um mentiroso do que um coxo". Olhando a realidade, o que se prevê é um quadro ainda mais dramático. E novos fatores no sentido de uma crise política que pode levar a uma crise de poder.

A inflação neste ano ultrapassou a casa dos 200%. Os alimentos subiram 381% e os aluguéis estão sendo reajustados acima de 130%. Quando o governo cumprir a ordem do FMI de cortar totalmente os subsídios, a elevação do custo de vida vai se tornar um incentivo à convulsão social.

Também por exigência dos banqueiros internacionais, o governo vai prosseguir com a liquidação das empresas estatais — que já estão proibidas de contratar novos funcionários e terão seu orçamento reduzido por orientação direta da missão do FMI. Fechar-se, assim, a possibilidade que restava para brejar-se o ritmo da recessão e abrandar-se o desemprego.

AMBIÇÃO CONTINUÍSTA

Mais do que isto: em 1983, para obter um saldo de 6 bilhões de dólares no comércio exterior, o governo cortou violentamente as importações de insumos industriais, acelerando a recessão. Para 1984, vai ser muito pior, se não impossível, pois a necessidade é um saldo de 9 bilhões.

Como não poderia deixar de ser, no terreno político também as nuvens prometem grandes tempestades. Por todo o país espalha-se o grito: Basta de generais, chega de arbitrio! Enormes contingentes levantam-se para exigir democracia, e avolumam-se os protestos contra a ingerência imperialista no país. As forças patrióticas visam, de imediato, ao rompimento com o FMI e à suspensão do pagamento da dívida externa. Para completar, a disputa pela sucessão presidencial tornou-se uma verdadeira briga de foice no escuro. Os generais já não sabem o que fazer para controlar este processo que arrebatou as próprias fileiras do PDS.

Qualquer um destes movimentos pode conduzir bruscamente a um confronto e à queda do governo. Mas os generais aferram-se ao poder. Figueiredo em discurso dirigido a esses militares pregou o fortalecimento das instituições criadas pelo golpe de 1964, e mandou o ministro Leitão de Abreu lançar o balão de ensaio do mandato-tampão para impedir eleições.

Não será fácil aos donos do poder realizarem os seus planos. O sentimento geral é pelo fim do regime militar, por eleições diretas para a Presidência da República e pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Mesmo setores do PDS rebelam-se contra a cúpula governista.

Porém, nesta grande frente contra o regime, a oposição burguesa tende para a conciliação. Busca um acerto de cúpula entre as classes dominantes. Opõe-se ao continuísmo, mas objetiva mudanças limitadas, sem o povo, ou melhor, usando-o como força de pressão para obrigar os generais a aceitarem um conciliador no governo.

UM NOVO PODER

O povo não tolera mais o regime militar, nem aceita os conchavos de bastidores dos quais as massas trabalhadoras só recebem algumas migalhas e muitas promessas. Além do que as propostas que não impliquem profundas transformações políticas e econômicas, estão fadadas a curto prazo ao fracasso, pois a crise no país não é apenas conjuntural.

A esperança para a saída deste impasse está fundamentalmente na capacidade de unidade e organização das forças operárias e populares. E na sua habilidade para arrastar os mais amplos setores, mesmo os vacilantes, num vigoroso movimento democrático, ou seja, na sua firmeza na luta, mas sem se isolar. Numa crise de poder, em que o sistema de dominação se vê paralisado momentaneamente, a iniciativa popular é que pode puxar todo o descontentamento existente no país, numa corrente única, capaz de substituir o governo dos generais por um novo governo que represente os anseios de liberdade, independência e progresso social dos brasileiros.

Depois da assinatura dos acordos (FMI e banqueiros), nosso país passou a ser visitado mensalmente, e agora até semanalmente, por uma legião de funcionários do FMI que ditam a elaboração da política econômica. Após a assinatura da última Carta de Intenções, em novembro, a situação desandou. Logo depois a Sra. Ana Maria Jul, agora chefe da seção Brasil do FMI, fez uma visita inesperada, para "orientar" a elaboração do orçamento monetário, peça chave na economia. E dois dias antes de a sua missão terminar, apareceu outro indivíduo, o Sr. Luksila, advogado do FMI, que veio verificar se o Brasil vai mudar a lei de remessa de lucros, de acordo com o prometido aos banqueiros. Estes exigem o fim dos impostos progressivos sobre os lucros, mandados pelas filiais das multinacionais para suas matrizes.

O governo, batendo o pé na sua política entreguista, deposita as esperanças de "fechar o ano" num pacote de 6,5 bilhões de dólares negociado com os banqueiros, além de 3,8 bilhões de dólares negociado com os banqueiros, além de 3,8 bilhões com o Clube de Paris e 2,5 bilhões com governos e entidades oficiais. Mas essas fontes fazem chantagem, protelando o desembolso e enfiando a faca das exigências nas costas do Brasil.

O torquique criado pelos países imperialistas ocidentais para sugarem nossas riquezas, tem três pontas: o FMI, o comitê dos 14 bancos e o Clube de Paris. Além dessas partes, entram os governos centrais e em particular o governo dos Estados Unidos, chefe de toda a gangue.

O estrategema empregado é o jogo do empurra-empurra. O FMI diz que não vai liberar suas parcelas se os bancos não entrarem com seu pacote. Estes, por sua vez, afirmam que estão esperando o "sinal verde" do FMI. O mesmo argumento é usado pelos bancos e agências de governos ocidentais: dizem que liberam os recursos para os créditos comerciais apenas se os



Agora, as missões do FMI são semanais

banqueiros entrarem com o "Jumbo" (é dose para elefante mesmo!). O ponto em comum é a chantagem: só continuam renegociando se o Brasil aprofundar a recessão, o arrocho, e abrir ainda mais as portas para o capital de fora.

Os acordos com os banqueiros e com o FMI foram suspensos desde maio, criando uma crise de pagamentos nas prestações da dívida. Somente após conseguirem o decreto do arrocho, além de outras concessões, é que o fluxo foi restabelecido. Mas quando esse dinheiro chegou, no começo de dezembro, os atrasados já suplantavam as quantias enviadas. Para esperar esse tempo, foram feitos mais empréstimos de curtíssimo prazo. Dessa forma, todo dinheiro que sai do guichê de um banco,

entra pelo guichê de outro ou até do mesmo banco. A rigor, nenhum tostão entra no Brasil.

A chantagem de fim de ano do FMI.

Os chamados empréstimos-ponte, que de ponte não têm nada, mais parecem um abismo, revelam a crueldade atingida pelo processo de endividamento. São, na verdade, créditos de limitadíssimo prazo impingidos pelos banqueiros. Eles mesmos rompem os acordos de longo prazo e ficam protelando. Enquanto isso, o coitado do cliente vai amontoando atrasos. Para evitar a falência, os próprios bancos fazem empréstimos por

O recorde da carestia de vida

De novembro de 1982 a novembro de 1983, os preços dos principais alimentos e serviços deram a mais alta disparada de toda a história do Brasil.

Produto	Preço médio Novembro/82 Cr\$	Preço médio Novembro/83 Cr\$	Aumento
Carne bovina de 1º (kg)	589	2.342	297%
Feijão carioca (kg)	111	707	536%
Arroz agulhinha (kg)	130	418	221%
Pão francês (50g)	10	28	180%
Leite especial (litro)	66	200	200%
Ovo (dúzia)	130	516	296%
Batata inglesa (kg)	80	387	383%
Óleo de soja (lata)	170	903	431%
Açúcar (kg)	119	298	150%
Farinha de trigo (kg)	71	260	266%
Gasolina (litro)	144	445	209%
Ônibus urbano	50	100	100%
Gás (bujão de 13 kg)	780	3.200	316%
Conta de luz (1 kw)	20,529	62,605	205%
Telefone (impulso)	9,72	22,10	127%

FMI impõe massacre aos trabalhadores

Massacre dos salários, recorde da inflação e aumento incontrolável do desemprego. Este foi o resultado de um ano de aplicação das orientações recessivas do FMI, levadas à prática pelos generais entreguistas.

Com a desculpa esfarrapada e desgastada de que salário causa inflação, o FMI investiu furiosamente contra o poder aquisitivo dos trabalhadores, promovendo um verdadeiro assalto. Submisso, o governo militar anunciou no ano seis decretos-leis de arrocho salarial; ao serem divulgados, automática e arbitrariamente, os decretos passavam a vigorar cortando os salários. Devido à pressão dos assalariados, um

por um foi derrotado no Congresso Nacional. Mas, no final, o governo ainda conseguiu impor o 2.065 e já promete novas medidas de arrocho para o ano. Além dos decretos, também falsificou o INPC, índice utilizado para o cálculo dos reajustes salariais, expurgando os produtos que sofriam majoração, e proibiu terminantemente os aumentos de produtividade.

Mesmo com os salários arrochados, a inflação não baixou. Pelo contrário: bateu o recorde na história, atingindo 213% no ano. Sua subida galopante, no essencial, também se deve à política do FMI. Este exigiu do governo o fim das subvenções à agricultura, ao combustível, ao trigo im-

portado, ocasionando maior carestia; orientou os órgãos governamentais a aumentarem acima da inflação as tarifas dos serviços públicos e ainda vetou qualquer subsídio para salvar o falido sistema habitacional, resultando em novos aumentos nas prestações do BNH. Seu argumento era o de que os subsídios são inflacionários, mas contraditoriamente as empresas estrangeiras, em particular as exportadoras, continuaram a receber ajuda do governo.

Os empregos dos trabalhadores também não ficaram fora da mira do FMI, uma feroz sanguessuga. A exigida redução dos gastos das empresas estatais, com o corte em 34% dos investimentos, gerou a desativação e o enfraquecimento de inúmeras empresas, freguesas do governo. Em consequência, aumentou o número de dispensas em diversos setores da economia, principalmente na construção civil. O próprio arrocho salarial gerou novas e maiores demissões, já que reduziu o poder de compra dos trabalhadores, aumentou os estoques nas empresas, levando muitas à falência.

Colocam-se na ordem do dia o rompimento dos acordos com o FMI e a luta pela soberania nacional. Ou rompemos, ou ele afunda o país.

30 ou 60 dias, a juros altíssimos e com taxas adicionais. Eles próprios cortam os recursos e depois aparecem com uma "ponte", a título de "salvação". Uma salvação que sai cara... Em 1983, o Brasil teria que pagar, segundo as contas dos banqueiros, em torno de 12 bilhões de dólares de juros e 8 bilhões de amortizações. O governo decidiu pagar os juros e depois refinanciar parcelas de 4,6 bilhões de dólares das amortizações. Porém isso representou, na prática, um empréstimo novo, que engordou a dívida de longo prazo e aumentou os juros a serem pagos, neste ano. A lógica da tática do governo brasileiro é servil: fazer tudo o que os banqueiros querem e pagar integralmente os juros. Esse é um erro básico, uma falta grave contra o país. Os juros a longo e a curto prazo já se aproximam do valor das exportações (70%), representando uma sangria insustentável de ser mantida. Ainda que o Brasil consiga o novo "Jumbo" de 6,5 bilhões de dólares, esse dinheiro acabará antes de março de 1984. Já, haverá nova rodada de negociações, mais arrocho e mais recessão. A única solução viável, do ponto de vista econômico, é a imediata suspensão do pagamento não apenas das amortizações, como também, e principalmente, dos juros. Quebrando um elo fundamental desse círculo vicioso, o Brasil poderia respirar um pouco. Mas esta é uma decisão política: afinal, o governo que nos levou a essa situação não tem um pingão de moral para livrar-nos dela.

Uma questão que igualmente

ultrapassa a esfera econômica e se transforma num flagelo político, é a perda da soberania nacional. Desde a assinatura dos primeiros acordos com o FMI e com os banqueiros, nossa dignidade de nação tem sido ultrajada. O governo militar aceitou cláusulas que ferem a própria Constituição. Numa delas, admite que as dívidas e divergências quanto ao pagamento das parcelas da dívida serão resolvidas em tribunais localizados fora do território nacional. Noutra, aceita que os bens de empresas, estatais ou não, no exterior podem ser penhorados.

A perda da soberania chega a detalhes incríveis. Nos últimos empréstimos negociados com os banqueiros internacionais, o governo brasileiro chegou ao cúmulo de colocar todas as decisões nas mãos dos credores — por exemplo, são bancos que decidem quais as empresas estatais que receberão recursos —, e já não controla mais nada.

A falta de cerimônia dos agentes do FMI e até de membros do governo norte-americano causa revolta justa em nosso povo. Um exemplo surgiu durante a votação do decreto 2.024, no Congresso Nacional: Donald Regan, criando um ambiente de forte pressão sobre os parlamentares, chegou a declarar: "Tremo ao pensar no futuro do Brasil".

O ano de 1984, dentro das decisões tomadas pelo governo brasileiro, só poderá ser terrível. Nosso país já enfrenta três anos seguidos de queda na produção. A inflação ultrapassa 215% e a economia mundial não apresenta perspectivas de recuperação sustentada.

Donald Regan, secretário do Tesouro, sendo assoprado por Reagan.



Derrota do 2.045 no Congresso: governo, a mando do FMI, lança outro

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Os dez maiores escândalos de 1983

O mar de lama do governo militar andou agitado em 1983. Os ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas são os mais citados nas denúncias de corrupção. Muitos generais e outros militares estão envolvidos. Nem o presidente Figueiredo escapa. E a impunidade beneficia todos os suspeitos. A *Tribuna Operária* selecionou dez denúncias, surgidas este ano:

84 O vulcão sóta chamas

Já em janeiro, o estouro da Delfin

O Grupo Delfin era dono da maior caderneta de poupança do país. Tinha 3,5 milhões de depositantes. No ramo imobiliário, era a sétima empresa do mundo. Esse grupo patrocinou o primeiro grande escândalo do ano. Seu dono, Ronald Levinsohn, pagou em dezembro de 1982 ao BNH uma dívida de Cr\$ 60,8 bilhões com terrenos que valiam apenas Cr\$ 9,6 bilhões. A negociata foi denunciada em 8 de janeiro de 1983. O presidente do BNH tentou justificá-la, sem êxito, para a opinião pública. Para o go-

verno não precisou apresentar justificativas. Continuou no cargo e pronto. Afinal, as transações da Delfin atravessaram os governos dos generais Médici e Geisel. Era muita gente de rabo preso. Entre outros, os ministros Delfim Netto, Ernane Galvêas e Mário Andreazza (este, coronel).

Menos de duas semanas após a denúncia de favorecimento à Delfin, o Banco Central viu-se obrigado a intervir no grupo, determinando seu fechamento. A situação de seus trabalhadores até hoje não foi definida.

Outra vez Delfim Netto, na negociata "Coroa Brastel"

O "escândalo Coroa-Brastel" estourou no dia 27 de junho de 1983, com a intervenção do Banco Central na Coroa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A empresa deixou um buraco, no mercado financeiro, de Cr\$ 500 bilhões. Seu proprietário, Assis Paim Cunha, dono também das Lojas Brastel e de outras 37 empresas, denunciou: "Nisso tudo há dois culpados. Eu e o governo".

A história desse escândalo envolve a compra, pela Coroa-Brastel, da corretora Laureano em 1981, quando esta tinha Cr\$ 3 bilhões em cheques sem fundo na praça. Paim Cunha, à medida em que o escândalo veio à tona, resolveu denunciar a matilha que está envolvida com ele no caso: diz que comprou a corretora por insistência dos ministros Delfim Netto (Planejamento), Ernane Galvêas (Fazenda) e pelo então presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

Após a compra da Laureano, Paim conseguiu vários bilhões de cruzeiros junto ao Banco Central, graças também à intermediação do seu amigo Álvaro Armando Leal, e do ex-sócio deste, secretário geral da Secretaria do Planejamento, José Flávio Pécora (envolvido também no escândalo das polonetas), que usavam de

suu influência para a liberação de verbas. Além do dinheiro governamental, Paim ainda se utilizou da emissão de letras de câmbio sem valor. O Banco Central, que devia fiscalizar essa área, fazia vista grossa. Quando houve a intervenção na empresa, foram apurados Cr\$ 418 bilhões em letras frias! À época Langoni confessou: "Nosso calcanhar de Aquiles no 'caso Coroa-Brastel' foi a falta de fiscalização..."

O escândalo envolve ainda outros diretores do Banco Central, como Herman Wey, Deli Borges (à época, chefe do Departamento de Fiscalização do Mercado de Capitais do BC), Antônio Chagas Meirelles e Walder Chavantes. Sobre este último, Paim conta: em 20 de junho (uma semana antes da intervenção na empresa), pediu a Chavantes, por telefone, Cr\$ 4 bilhões do BC emprestados. Chavantes entendeu mal o pedido e, no dia seguinte, emprestou Cr\$ 5 bilhões do banco oficial à Coroa-Brastel...

Nenhum dos envolvidos, até o momento, foi punido. Wey e Borges foram afastados de seus cargos. Mas já foram alertados pelo próprio BC que podem solicitar aposentadoria, assim o caso será arquivado e fica tudo como antes, no quartel de Abrantes.

Assessor de Delfim ganha fábulas com polonetas

O comércio entre o Brasil e a Polônia também forneceu material para um dos grandes escândalos do ano. Embora todos soubessem que naquele país estava à beira da falência, o Brasil continuou dando-lhe crédito. E quem fazia isso era a empresa Comexport, da qual José Flávio Pécora, secretário-geral na Secretaria de Planejamento foi sócio e diretor até fins de 1978. Pécora, como se sabe, também

está envolvido no caso Coroa-Brastel. A Polónia "pagava" o empréstimo com notas promissórias determinando que só quitaria em dinheiro "quando pudessem".

Mas a Comexport não perdia nada, já que o Banco Central cobria imediatamente todos os empréstimos. Nessa brincadeira, o Banco Central teve um prejuízo de 1,8 bilhão de dólares — o mesmo lucro da empresa.

No escândalo da Capemi, o filho de Figueiredo

O escândalo da Capemi foi um dos que assombrou a opinião pública logo no início do ano. Militares dos mais variados escalões estão envolvidos nele: general Messias de Aragão, presidente do grupo Capemi; coronéis Haroldo Lobão e Manoel de Carvalho (envolvidos também no escândalo da Proconsult que, em 1982, desviou votos para o PDS na apuração das eleições no Rio de Janeiro), além de Antônio Mourão Abissâmara, ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Há também parentes de militares, como Nylson de Oliveira e Cruz e Fernando Mário de Oliveira Cruz (o primeiro, irmão, e o segundo primo do general Newton Cruz — envolvido também no escândalo Baumgarten), e, para fechar com chave de ouro, Paulo Renato de Oliveira Figueiredo, filho do general João Batista, presidente da República. Envolvido, também, o

ministro Amauri Stábile, da Agricultura.

A Capemi fez uma incursão no ramo madeireiro, sem experiência para isso: em 1980 foi ajudada pelo SNI (à época, chefiado pelo general Newton Cruz), a vencer uma concorrência da Elettronorte para exploração de madeira de Tucuruí, embora seu capital fosse de apenas 10% do mínimo de Cr\$ 500 milhões exigido pelo edital. A empresa acabou não bancando a obra. Foi à falência e deixou seus trabalhadores sem nenhum dinheiro, em plena selva amazônica. Em meio a tudo isso, "desapareceram" 349 mil m³ de madeira e o governo arrematou em leilão uma quantidade enorme de madeira que apodreceu, sem utilização. O grupo faliu com uma dívida de Cr\$ 120 bilhões, igual a 3,5 milhões de salários mínimos da época.



Delfim Netto, Ernane Galvêas, Figueiredo (na foto, em Cleveland), Carlos Langoni, general Aragão, general Medeiros, general Newton Cruz. Envolvidos em várias das denúncias de escândalos ocorridos durante o ano. Nenhuma apuração rigorosa. O prêmio da impunidade.

Generais suspeitos pelo assassinato de Baumgarten

O caso Baumgarten é uma pérola de corrupção, ligada à repressão fascista. O jornalista Baumgarten tem serviços prestados ao Serviço Nacional de Informações, trabalhou na VASP, na Federação do Comércio de São Paulo, na Rede Globo de Televisão, colaborou com o jornal *Folha de São Paulo* e foi proprietário da revista *O Cruzeiro*. Foi por causa de problemas financeiros desta revista que resolveu chantagear seus protetores no governo, ameaçando denunciar as corrupções de que participara e de que tivera conhecimento. Morreu em circunstâncias até hoje não esclarecidas em outubro de 1982.

Logo no começo deste ano, a revista *Veja* divulgou o "dossiê

Baumgarten", onde o jornalista denuncia, inclusive, a intenção de alguns generais de matá-lo. Cita os generais Newton Cruz (envolvido no escândalo da Capemi) e Otávio Medeiros como os seus prováveis futuros assassinos. No dossiê, Baumgarten conta também que tinha recebido do general Newton Cruz a missão de "editar a revista *O Cruzeiro* para tentar formar uma corrente de opinião pública favorável à Revolução de 1964 e ao governo federal". A missão era das mais ingratas. Não deu certo. Não há quem defenda esse governo, a não ser seus apaniguados. *O Cruzeiro* faliu e Baumgarten foi assassinado com tiros na cabeça, mas dado como "morto por afogamento".

Figueiredo em Cleveland: gastos de Cr\$ 600 milhões

A viagem do general João Figueiredo para Cleveland, em julho, para tratar da saúde, foi outro escândalo ocorrido neste ano. Figueiredo partiu para os Estados Unidos com uma comitiva de 22 pessoas. Lá, além do tratamento na Cleveland Clinic Foundation, ele ainda pagou o aluguel de uma suntuosa mansão, num dos bairros mais requintados da cidade.

As despesas totais, divulgadas pela imprensa, ficaram em 600 mil dólares (aos valores

de hoje, cerca de Cr\$ 600 milhões). Quem pagou foi a arrombada Previdência Social — que mal tem dinheiro para a aposentadoria dos trabalhadores e agora quer cobrar consulta dos previdenciários. Meses depois, quando o médico da equipe que operou Figueiredo, William Sheldon, esteve no Brasil, a fantástica revelação: o general presidente poderia ter-se tratado e operado no Brasil mesmo, por médicos brasileiros. A viagem aos EUA era luxo, só.

General Oziel cria uma lucrativa empresa familiar

O general Oziel Almeida Costa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) foi o patriarca de um escândalo que poderia chamar-se "Lucro em família". Aproveitando-se de seu cargo, o general concedeu licenças para abertura de novos postos e empresas de distribuição de gasolina apenas a parentes e amigos íntimos. Entre os parentes estaria o genro de Oziel, José Lino Cypriano, autorizado a abrir um posto em Goiânia, quando a

abertura de tais postos está proibida em todo o Brasil. Oziel ainda foi cínico, e declarou: "Genro não é parente". Em novembro último jornais de Brasília informaram que estavam sendo iniciadas as obras de um novo posto, na Super Quadra Norte-309, cujos donos são os filhos do general Francisco das Chagas Melo Soares, assessores do Grupo Executivo para Racionalização de combustível do CNP.

Amauri Stábile tira sua fatia no escândalo BNCC

O estouro de uma série de negociatas no valor de vários bilhões de cruzeiros envolveu diretores do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o próprio ministro da Agricultura, Amauri Stábile. O escândalo causou a demissão no início de dezembro do presidente do BNCC, Byron Marinho Coelho, e do seu diretor de finanças, Toshio Shibuya. Este último já foi presidente do BNCC e foi demitido em 31 de agosto de 1982 por causa do escândalo da Capemi. Mas Amauri Stábile resolveu nomeá-lo diretor de finanças do Banco, que é vinculado ao Ministério da Agricultura.

Entre julho e outubro Shibuya desviou para o Banco Valbrás Cr\$ 2,7 bilhões! Há vários anos que Stábile e Shibuya são ligados à diretoria deste Banco, que pertence à multinacional Sharp.

Como comissão por esses desvios de verbas Shibuya recebeu Cr\$ 180 milhões... Além disso, o BNCC favoreceu parentes do ministro e figurões do PDS num total de mais de Cr\$ 2 bilhões.

Ao demitir Toshio, Stábile culpou a imprensa pelos "prejuízos que tais fatos (as denúncias e não a corrupção) vêm acarretando à instituição".

A incrível caixinha do Delfim na "embaixada 10%"

O "Relatório Saraiva" foi um dos mais célebres escândalos deste ano. Tudo começou em 1977, quando o atual ministro do Planejamento, Delfim Netto, era embaixador e o coronel Saraiva adido militar do governo Geisel em Paris. Raimundo Saraiva foi procurado pelos diplomatas brasileiros Guy de Vasconcelos e Fontoura, que disseram ter informações sobre o recebimento de comissões pelo pessoal da Embaixada. As comissões de 10%, eram cobradas sobre empréstimos de bancos franceses ao governo brasileiro, envolvendo diretamente os diplomatas Villar Queiroz e Carlos Alberto de Andrade Pinto, assessores diretos de Delfim. O banqueiro Jacques Brossiard, diretor do Banco de Crédito Comercial da França

confirmou a informação. E disse ainda que seu banco transferiu uma comissão de 6 milhões de dólares para uma conta azul, numerada, em um banco suíço, a pedido de Delfim Netto e Villar de Queiroz. Era a comissão cobrada pelo embaixador referente ao financiamento da usina de Água Vermelha da CESP. Brossiard disse ainda que Delfim, estava cobrando uma comissão de 60 milhões de dólares sobre o financiamento da hidrelétrica de Tucuruí. O coronel Saraiva enviou um relatório ao então ministro do Exército, general Sílvio Frota. E tudo ficou exposto até ser desenterrado este ano com a instalação da CPI da Dívida Externa presidida pelo deputado Alencar Furtado.

Quem investiu no palmito acabou comendo grama

Quando fechávamos nossa edição, mais um escândalo estourou nas páginas dos jornais: o chamado golpe do palmito. Entre 1970 e 1974, nos anos do "milagre", o governo incentivou grandes empresas a investir no reflorestamento com palmito em uma área de quase 106 mil hectares no Paraná, concedendo isenção no imposto de renda. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fez vistorias do projeto, dando seu aval. No entanto este ano, quando o projeto deveria estar começando a dar lucros, alguns investidores resol-

veram verificar pessoalmente como estavam as coisas. E descobriram que na verdade não existe a tal plantação de palmito. O total de investimentos corresponderia hoje a Cr\$ 65 bilhões. E até o momento sabe-se que estão envolvidos altos funcionários do IBDF e que um levantamento topográfico da região feito pelo próprio Exército estaria adulterado, reduzindo a altura de serras do local, para dar a impressão de que naquela altitude se poderia plantar palmito. (Carlos Henrique, Carlos Pompe e Olivia Rangel).

4 milhões de grevistas num ano

Em 1983 o número total de grevistas chegou à casa dos 4 milhões. Perto de 8 mil famílias sem teto ocuparam casas abandonadas. Nas capitais e no sertão nordestino houve centenas de ações coletivas para pegar comida. O movimento popular passa por uma ampliação. Sofre porém com a dispersão, que rouba-lhe parte da força.

84 O vulcão solta chamas

A cifra de 4 milhões de grevistas baseia-se em informações precárias, incompletas e possivelmente subestimadas. Segundo o levantamento feito pelos sindicatos, cerca de 2 milhões de trabalhadores de São Paulo e mais 1 milhão do Rio Grande do Sul pararam no 21 de Julho. E os boletins mensais do Dieese registram mais de 1 milhão de participantes em movimentos parciais somente no período entre janeiro e outubro.

Visto em conjunto este número espelha uma fase de pique das greves, superior à verificada em 1979 e comparável às mais intensas da história do movimento operário brasileiro. Desde os flagelados da seca no Ceará, que pela primeira vez paralisaram uma frente de emergência, até os experientes metalúrgicos de São Bernardo, que pararam quatro vezes durante o ano, a onda de greve alcançou as mais diferentes categorias.

O destaque ficou para a greve geral de 21 de julho (veja o box), mas o levantamento do Dieese registra 210 outras greves em todo o país, com base no noticiário da imprensa burguesa, e permite extrair algumas conclusões. Na sua esmagadora maioria, as paralisações foram localizadas, por empresa. Só entre os metalúrgicos da capital paulista, por exemplo, houve 61 paradas por fábrica (dados até o fim de novembro). As greves por categoria foram em número relativamente reduzido.

Os frutos da fome e do desemprego

O quadro de crise influiu decisivamente sobre os objetivos das greves. No exemplo dos metalúrgicos de São Paulo, 33 paralisações foram contra o atraso nos salários; 23 devido a demissões; e apenas 5 por outros motivos. Já as greves com participação mais geral formularam também outras reivindicações, enfatizando o problema dos salários. Entre elas, tiveram destaque a paralisação nacional dos funcionários públicos federais, em maio e junho; a greve generalizada em São Bernardo dia 7 de julho, que praticamente de-

sencadeou o 21 de Julho; e a greve dos 240 mil canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco.

A massa imensa dos desempregados, afastada da produção e, portanto, impedida de recorrer a greve, descarregou sua indignação em formas de luta espontâneas, extremamente radicais. Em abril, uma manifestação pacífica de desempregados na Zona Sul de São Paulo desencadeou uma verdadeira rebelião da fome. Começaram aí as invasões de supermercados, em que multidões famintas passaram a apoderar-se de sacos de alimentos. Ficou patente que a crise social é uma realidade prestes a explodir.

Em setembro nova onda de ações desse tipo espalhou-se pelo Rio de Janeiro. Em 15 dias houve 112 ataques a supermercados nos subúrbios cariocas e na Baixada Fluminense. Em São Paulo, na mesma época, houve cerca de 70. Desta vez, as ações passaram a mostrar alguma organização, a ponto de os órgãos repressivos começarem a falar numa verdadeira guerra de guerrilha em curso na periferia das metrópoles brasileiras.

Enquanto isso, no sertão nordestino assolado pela seca, levas de flagelados igualmente famintos invadiam cidades e tomavam nos mercados e feiras a comida que podiam. Os sindicatos de trabalhadores rurais, forçados a tomar posição, proclamaram o direito de todos a não morrer de fome. Vale registrar que precisamente nessas áreas o PDS tivera, menos de um ano antes, enxurradas de votos baseados nos currais eleitorais.

No front da luta pelo direito à moradia, a ampliação foi excepcionalmente intensa. O recurso à invasão de habitações abandonadas, inaugurado no Conjunto Centreville, em julho de 1982, tornou-se comum (veja quadro). E as invasões de terrenos, então, proliferaram como nunca. Fundaram-se federações de associações de moradores em Porto Alegre e Belo Horizonte, enquanto as entidades de bairro alcançavam um novo dinamismo.

Quando se junta a isso a proliferação das lutas nas escolas, por verbas e contra os aumentos



Supermercado tomado de assalto por populares famintos; família de ocupantes de um conjunto residencial



abusivos no preço do ensino, dos movimentos contra o encarecimento das tarifas de transportes urbanos, etc., constata-se uma apreciável intensificação das mobilizações populares. Em todo

A mão aberta e o punho cerrado

o Brasil, no campo e nas cidades, há ações combativas, numa linha ascendente. Tudo indica que a crise econômica, depois de um primeiro momento ter levado a certa retração, sobretudo por temor ao desemprego, passou a agir ao contrário, como um provocador de combates.

O ponto débil do movimento popular foi que essas lutas não se condensaram em movimentos unificados quanto a seus objetivos e formas. Houve exceções, é certo. Entre elas avultou a paralisação de 21 de julho, uma das maiores que a classe operária brasileira já realizou, diretamente voltada contra o governo Figueiredo e sua política econômica de obediência ao FMI e arrocho dos salários. Também nas batalhas parlamentares que derrubaram os decretos 2.024 e

2.045 houve certa mobilização articulada nacionalmente - que ajudou a derrotar o governo no Congresso. Mas não passaram de exceções. A regra foi a dispersão. O esforço para realizar o Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) terminou por levar a duas reuniões paralelas (veja o box).

Nisto reside o drama maior do movimento operário e popular, hoje. De certa forma ele assemelhou-se até agora, a uma mão aberta em que cada dedo golpeia o regime por conta própria, quando o necessário seria agir tal qual um punho cerrado, capaz de pôr a nocaute o regime antipopular. Nos congressos e reuniões dos sindicatos e entidades que compõem o movimento, nota-se já certa consciência desta debilidade. Mas não se encontram ainda os instrumentos e meios concretos para superá-la. É este o desafio deixado para o ano novo. Quando o movimento operário e popular ganhar esta consistência nova, então sim estará em condições de apresentar de fato a sua alternativa para a crise nacional.

A força da greve geral

A greve geral de 21 de julho de 1983 foi um dos fatos políticos de maior envergadura desde o golpe militar. Cerca de 3 milhões de brasileiros pararam o trabalho, em protesto contra o governo dos generais e exigindo mudanças políticas e econômicas profundas. Uma ação nitidamente política, sem espírito corporativista.

O principal fator de sua deflagração foi a orientação recessiva, antinacional e antipopular do governo dos generais. Uma semana antes da data marcada para a greve, Delfim Netto anunciou mais um decreto de arrocho, o 2.045, ataçando-a. Vários congressos sindicais, como o dos metalúrgicos do Brasil e de São Paulo, já haviam deliberado a greve. A luta dos petroleiros de Paulínia e Mataripe e dos metalúrgicos de São Bernardo tornaram-na um fato irreversível.

Em São Paulo, maior centro industrial do país, quase

2 milhões de trabalhadores não foram bater ponto nas empresas. Metalúrgicos e metalúrgicos foram os mais coesos. No Rio Grande do Sul, cerca de 1 milhão de grevistas. Em outros Estados, a paralisação foi mais fragmentada. A greve foi essencialmente proletária, tendo seu destacamento industrial mais avançado, os metalúrgicos, à frente da batalha. Em resposta, o governo militar interveio em cinco Sindicatos e interferiu diretamente em São Paulo, por exemplo, para forçar a repressão aos grevistas.

O processo mostrou que a greve geral é possível e tem força. O ritmo passivo imposto por algumas direções sindicais amorteceu seu poder de fogo, já que os grevistas ficaram em casa. Mas o dia 21 de julho, apesar das debilidades, evidenciou que é factível e indispensável a unificação do movimento sindical em luta contra o arrocho e a ditadura.

Golpes na ação sindical unitária

A visível ampliação da luta operária e popular nos últimos tempos levou à disputa, até certo ponto compreensível, pela sua direção. No entanto o que gerou a prejudicial divisão do movimento sindical, com a realização de dois Conclats, foi a visão exclusivista ainda presente neste meio. Na reta final para o Conclat unitário instalou-se uma cisão na Comissão Pró-CUT, até então fórum sindical unificador, apesar de suas debilidades.

O Conclat de São Bernardo, em agosto, como alertavam alguns sindicalistas, foi inchado artificialmente, resultando num controle absoluto da corrente petista sobre este encontro. Segundo os dados divulgados - os

organizadores do evento se negam a publicar a lista dos sindicatos oficialmente presentes - participaram 912 entidades sindicais, representadas por 5.059 delegados.

Muitos deles, principalmente os do campo, vieram por fora de seus sindicatos, financiados pelos dólares da Anampos, conforme confessou o próprio tesoureiro. A falta de representatividade sindical e a visão exclusivista resultaram em resoluções politicamente fracas e difíceis de serem levadas à prática - como comprova a greve geral marcada para o dia 25 de outubro e depois desmarcada.

Apesar da presença de importantes sindicatos, como os

operários do ABC paulista, a central formada, a CUT, tem pouca base sindical e está nitidamente atrelada ao PT.

PRAIA GRANDE

Aproveitando a brecha aberta pela cisão, sindicalistas pelegos viram sua chance para empolgar a direção da outra parte do movimento sindical, no Conclat da Praia Grande. A presença massiva de delegados operários e camponeses (70% dos 4.248 delegados vinham da produção e do campo) impediu este intento e reverteu o quadro do encontro. As propostas de conciliação com o regime militar e de cristalização de um outro pólo do movimento sindical foram derrotadas. Pre-

valeceu a combatividade e a amplitude de um conjunto de sindicalistas de base e de dirigentes, impondo-se resoluções pelo fim do regime dos generais e pela reunificação sindical. Neste sentido, o Conclat da Praia Grande, realizado em novembro, com a participação de 1.256 entidades sindicais, deixou aberta a porta para a unificação na luta.

Realizados os dois Conclats, abriu-se um intenso debate sobre a reunificação. Frente à ofensiva do capital e do governo, mais do que nunca é urgente a unidade dos trabalhadores. A greve do dia 21 de julho e outras ações unitárias mostram que isto é possível, ou melhor, indispensável.

O Conclat-Praia Grande e o Conclat-São Bernardo: movimento sindical em 83 ainda não soube forjar a unidade que a base exige



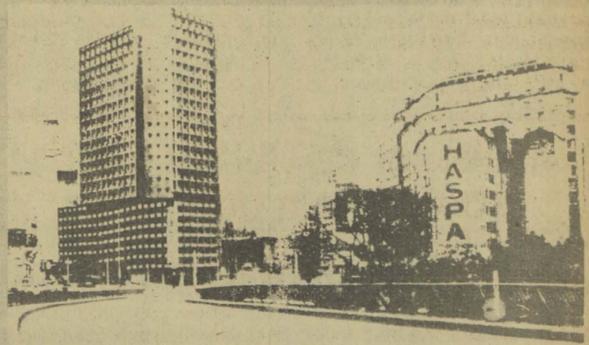
Por entidades fortes

No fundo dos problemas atuais dos sindicatos brasileiros está, além da estrutura vertical-fascista imposta pelo governo, um antigo e sério problema - a falta de representatividade. Ele explica em boa parte por que o movimento operário brasileiro, apesar de viver problemas semelhantes, não se mostrou capaz ainda de deflagrar jornadas de luta como as de seus irmãos da Argentina, do Uruguai ou do Chile.

Com uma ou outra exceção, o sindicalismo brasileiro ainda de superfluidade. Carece de instrumentos permanentes de representação das categorias. Não dispõe de raízes solidamente fincadas nas empresas.

Este é um problema a ser encarado de frente, com humildade e sobretudo com trabalho pertinaz. Não é da noite para o dia, na primeira assembleia, eleição, campanha ou greve que se constrói um sindicato forte.

Muitos sindicalistas, inclusive possuidores de espírito revolucionário, não atentam para isso. Contagiados pelo germe do imediatismo e do aparelhismo, terminam por descuidar do trabalho miúdo mais indispensável, que vai soldando, a passo os laços entre as massas assalariadas e a entidade sindical. Entretanto fora dele não há atalho ou golpe de magia capaz de erguer entidades verdadeiramente fortes.



São Paulo, 21 de julho: a cidade vazia, por causa da greve

Povo sem teto ocupa casas

Mês	Local	Dimensão	Vitoriosa
Fevereiro	Conj. Centreville (2ª parte)	187 casas	Sim
Fevereiro	Santo André, SP		
Fevereiro	Conjunto Lagamar	760 casas	Sim
Fevereiro	Fortaleza, CE		
Fevereiro	Conjunto Maguari	1.500 casas	Sim
Fevereiro	Belém, PA		
Fevereiro	Conjunto Cohab	50 casas	Sim
Março	Ribeirão Preto, SP		
Março	Conjunto Limite	123 aparts.	Sim
Março	Realengo, RJ		
Março	Conjunto Pró-morar	400 casas	Sim
Março	Teresina, PI		
Março	Conj. Alvaro Gaudêncio	3.000 casas	Sim
Março	Campina Grande, PB		
Março	Conjunto Pró-morar	800 casas	Sim
Julho	Núcleo Novo Horizonte	60 casas	Não
Julho	Marília, SP		
Julho	Conjunto Flor do Vale	386 casas	Não
Outubro	Tremembé, SP		
Outubro	Conjunto Cohab	50 casas	Sim
Outubro	Sorocaba, SP		
Outubro	Conjunto habitacional	285 casas	Sim
Novembro	Três Rios, RJ		
Novembro	Conjunto Hab. do Ipesp	96 aparts.	Não
Novembro	São Paulo, SP		
Novembro	Conj. do Bairro Campestre	42 aparts.	Sim
Novembro	Santo André, SP		

O estopim das ocupações de casas ocorreu com a tomada do Conjunto Habitacional Centreville, em Santo André, em julho de 1982. Mas somente a partir de setembro de 83, com a proliferação de ocupações de moradias abandonadas atingiu diversos pontos do país. A grande maioria dos moradores sem teto obtiveram vitórias, devido à sua combatividade.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O Papai Noel em crise

“Se eu pudesse receber um presentão, grande mesmo, eu queria uma compra de mantimentos para um mês”. A declaração de Ana Catarina dos Santos, aposentada, mãe de sete filhos, mostra bem o que o povo pode esperar neste Natal. Enquanto isso, um morador de uma mansão no Morumbi, bairro chique de São Paulo, gastou 1,5 milhão de cruzeiros em decoração.

Ana Catarina dos Santos mora numa pequena casa da rua Francisco Gomes, no Jardim Três Corações, no extremo sul da cidade de São Paulo. Este ano ela não vai ter Natal: recebe de aposentadoria 34 mil cruzeiros mensais. Em dezembro, com o 13º, recebeu 60 mil. Ela faz as contas: “Paguei 10 mil de luz, 20 mil da prestação atrasada da geladeira, 10 mil de remédios e com o que sobrou comprei arroz e feijão”.

Ela explica que sua vida está sendo um calvário de sofrimento: “Estou doente, com trombose, tenho dois filhos desempregados e um outro preso há oito anos. O dinheiro que minha filha recebeu foi para pagar a casa da Cohab que está atrasada há quatro meses”. Dna Catarina conta que nos Natais anteriores ainda dava para fazer uma festinha, matava um frango ou comprava um pernil. Este ano a única coisa que comprou foi meio quilo de tocinho defumado para levar ao filho na penitenciária.

No Shopping Center 3, na Ave-

nida Paulista, no corredor de bancos de São Paulo, encontramos finalmente um Papai Noel. Ex-metalúrgico aposentado, seu José Cabral tem 58 anos. Pai de dez filhos e avô de dez netos, ele mora numa casa que ainda está por terminar no Morro Grande, Zona Oeste de São Paulo. Recebe 75 mil cruzeiros de aposentadoria. Como isso não dá para manter a família, faz bicos para sobreviver: “A cada ano está mais difícil fazer não só a festa de Natal, mas tudo. A gente nota que o povo está muito sacrificado. Quando eu trabalhava, todos os meus dez filhos ganhavam roupa nova no Natal. Agora não podemos mais”. E continua: “Sobe o custo de vida e baixa o salário. Como é que pode uma coisa dessas? Os governantes é que vivem o Natal quase diariamente, pois para eles está tudo bem. Para melhorar o Natal do povo tem que aumentar o salário e congelar o custo de vida. Não há outra solução”.

Outro Papai Noel, Paulo San-

tos, é funcionário público na Universidade de São Paulo. Ganha 120 mil cruzeiros por mês e este ano teve que se virar vestindo a roupa de Papai Noel para a loja Isnard, no centro da cidade. É casado, pai de três filhos: “Mas no dia 24 não vou poder passar com a família, porque fui contratado por um cara riquíssimo para passar a noite na casa dele distribuindo presentes. Então eu vou, porque preciso de dinheiro. Vou passar meu Natal entregando presente pra filho de rico”. E os dele vão ficar em casa esperando...

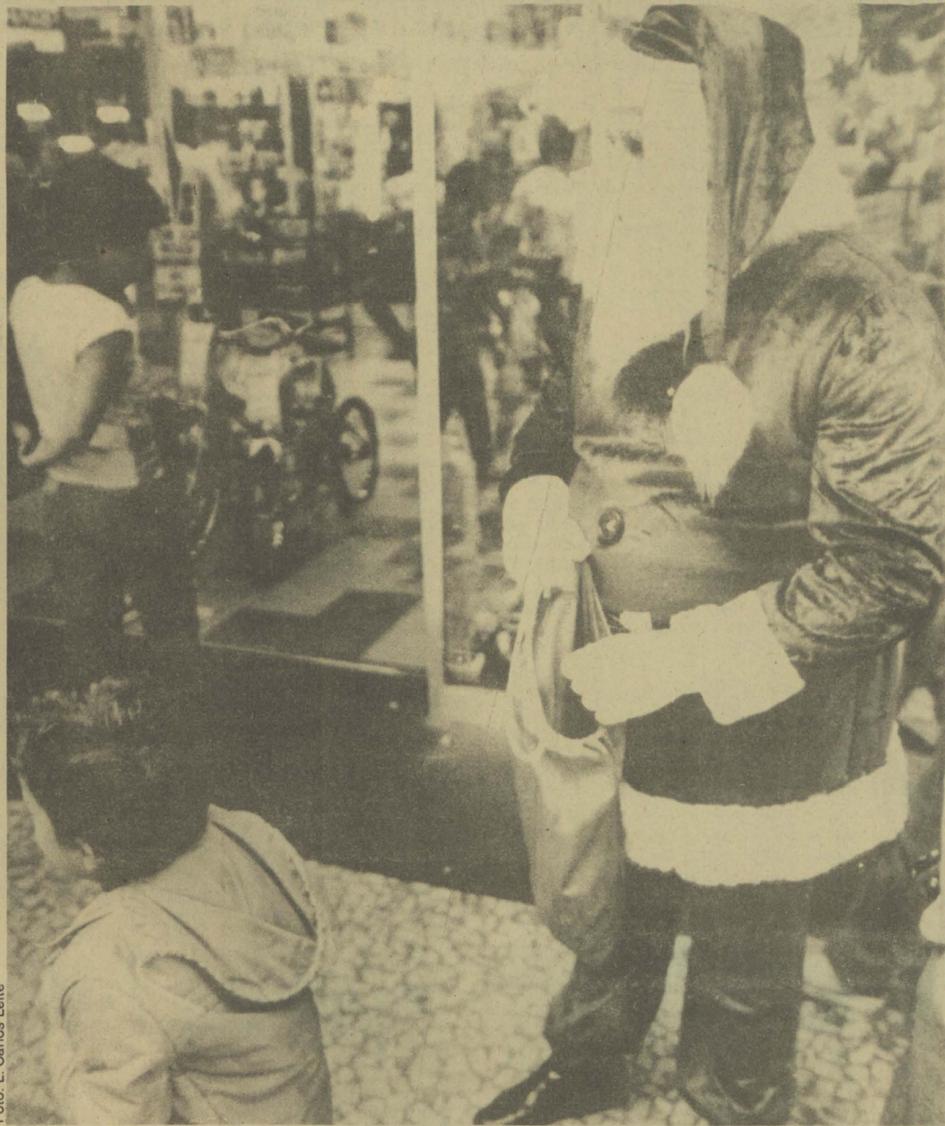
Vinho e peru, um sonho de pobre pra ceia

Já para seu José Vitoriano da Rosa, gari, aparentando 50 anos, pai de três filhos, “Natal todo ano é uma coisa só. Não faço festa, não compro presente, porque o dinheiro não dá. A situação está muito apurada”. José mora em Carapicuíba, na Grande São Paulo. Sai de casa às 4:30 horas para entrar no emprego às 7 horas. Pega três conduções para ir ao trabalho e mais três para voltar. “Neste Natal vou comprar um franguinho, que é o máximo que a gente pode ter, com as coisas no preço que estão”. Ele ganha salário mínimo e não vai comprar nada para o filho de 13 anos que mora com ele. Dois outros são casados. “Com esse salário, mal e mal dá para comer e pagar a condução”.

Sorte pior é a de Pedro José da Silva. Com 52 anos, encarregado de máquina bate-estaca na construção civil, mora num apartamento de um conjunto habitacional ocupado em 19 de novembro. Ele diz que seu melhor presente de Natal foi ter conseguido este lugar para morar. Antes, ele, sua mulher e seis filhos moravam num porão de 3x4m na Vila Progresso, em Santo André, pelo qual pagava 15 mil cruzeiros de aluguel. “Dormíamos todos amontoados” — diz Pedro.

“Neste Natal não tem frango. Só macarrão, se der”

Seu Pedro vai ser operado do esôfago às vésperas do Natal. Por isso não está trabalhando e passa muitas dificuldades: “Estou num sufoco. Hoje nem almoçamos. A caçula, que tem seis anos, pediu pão e eu não tinha”. Benedita, a esposa, trabalha como faxineira na Cibamar. Dois filhos estão desempregados. Com a voz calma, um sorriso tímido mostrando as falhas nos dentes,



A crise atingiu até o Papai Noel, que tem pouco trabalho para distribuir os escassos presentes

Pedro fala do Natal: “Pelo jeito que vai este Natal, não está nada bem. Nesta data o pessoal faz uma coisa diferente. Eu sempre fazia um frango. Mas este ano, estou vendo que não vai ter frango. Vamos fazer só macarrão. Se der”.

Frei José Alamiro de Andrade mora há vários anos numa favela da Freguesia do Ó, na Zona Oeste, um dos bairros mais pobres de São Paulo. Ele também acha que é muito difícil existir festa para o favelado e que o Natal é um dia como qualquer outro para eles: “A situação é tão dramática, que nesses momentos a revolta é maior do que a alegria. Nesta hora ele vê que não tem nada”. Frei Alamiro acha que em situações como esta o contraste fica mais evidente. E para comprovar isso diz que nesta semana mesmo ficou sabendo que somente numa mansão no Morumbi (bairro chique da cidade) foram gastos cerca de um milhão e 500 mil cruzeiros só na decoração. “O melhor presente que as crianças pobres podem receber é direito a moradia, alimentação e educação, coisas que elas não têm”, conclui o frei.

Este ano a situação do povo se agravou por causa do desemprego. Sebastião Pinto trabalha com um realejo perto do Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, Zona Sul. Enquanto as pessoas vão pedindo para o periquito tirar sua ficha, ele conta que “o Natal está mais fraco do que o ano passado, acho que por causa do desemprego”. Ele mora na Penha, tem três filhos menores e sempre precisa esperar o movimento de passageiros dos ônibus diminuir para voltar com seu realejo para casa. Aparentando uns 40 anos, seu Sebastião fica envergonhado e não quer dizer o que vai comer no Natal.

“Vou entregar presente para filho de rico”

Enquanto a esmagadora maioria da população de São Paulo e, aliás, de todo o Brasil vai passar um Natal como o de seu José Cabral, Ana Catarina ou Paulo Santos, uma pequena minoria pode se dar ao luxo de gastar quase um milhão de cruzeiros numa ceia, como é o caso de um industrial paulista ligado ao ramo de pneus (veja o box). Apesar da crise e embora enfrente algumas dificuldades, ele terá frutas típicas e bebidas importadas. Um outro

Os dois lados da moeda

Mesmo a partir de uma amostragem pequena, as festas de fim de ano fornecem-nos uma radiografia do Brasil de hoje. De um lado, os ricos gastam fortunas numa simples ceia ou decoração. Do outro, os trabalhadores, os desempregados, as massas populares em geral sonham com um emprego, melhores salários e, sinal dos tempos, com um mínimo de alimentação garantida. As luzes e enfeites das vitrinas, o som dos sinos e das músicas natalinas não conseguem esconder a concentração da renda, a desigualdade social, a miséria crescente em que vi-

vem as massas. No capitalismo, o luxo, a tranquilidade e a fartura de uns poucos se constroem com a fome, o desemprego e a exploração da esmagadora maioria da população. E enquanto essa minoria for dona das fábricas, das empresas, dos bancos, das terras, fará as leis para defender sua paz e sua mesa farta. Os operários, os camponeses, os trabalhadores só terão emprego e comida garantidos, sem precisarem se preocupar com o amanhã, quando tomarem em suas mãos os destinos do país e puderem decidir sobre as riquezas que produzem.



Dona Ana Catarina: sem condições de dar presentes aos netos, este ano

Cardápio dos ricos para este Natal

	Preço
Entrada:	
6 latas de atum	5.400
1/2 lata de creme de leite	665
1 kg de maionese	2.790
Salada Waldorf:	
15 maçãs	4.500
3 melões médios	6.300
1 kg de presunto	13.000
1/4 kg de nozes	900
1 litro de chantilli	4.500
1/2 kg de fios de ovos	4.500
1/2 kg de cerejas	1.800
Arroz com passas:	
1 kg de arroz	500
1/4 kg de passas	1.150
1 peru de 6 kg	9.000
Farofa com frutas:	
1 lata de abacaxi em calda	1.450
2 kg de ameixas	11.200
2 latas de pêssego em calda	2.200
Frutas:	
4 kg de uvas	9.200
2 kg de cerejas	7.200
1 dúzia de maçãs	3.600
2 dúzias de pêssegos	5.700
4 caixas de figos	2.800
2 dúzias de mangas	16.800
2 abacaxis	2.900
3 kg de castanhas portuguesas	15.000
2 kg de nozes chilenas	7.200
1 kg de amêndoas chilenas	11.600
1 kg de avelãs	4.250
1 kg de passas sultanas	3.920
1/2 kg de figos secos gregos	2.600
Sobremesa:	
Bolo Mont Blanc	
3 kg de castanhas portuguesas	15.000
2 litros de chantilli	9.000
10 kg de bolo de sorvete	17.400
3 kg de garrafas de vinho	100.000
3 garrafas de champanhe	675.000
TOTAL	979.000



Produtos de Natal importados na loja Ricardo

A ceia, cujo cardápio publicamos ao lado, será servida por um industrial paulista, com a participação de cerca de 30 pessoas. É o Natal de um homem rico, mas não de “milhardário”. O que comerão Delfim e companhia?

Preços das lojas Ricardo, da Casa Santa Luzia e do Depósito Normal



José Vitoriano: “Não compro presentes no Natal porque o dinheiro não dá”

rição pagou 100 mil cruzeiros para que Paulo Santos alegrasse o Natal de seus filhos.

Ana Catarina sonha em ter comida garantida por um mês. Com o que o industrial gasta numa ceia, o equivalente a 17 salários mínimos, ela poderia comer durante um ano e meio... Seu Pedro teria trabalhado pelo mesmo período e poderia alimentar sua família. Paulo Santos poderia comprar presentes para os filhos e estar com eles no Natal. E o industrial não é “bilhardário”. Podemos imaginar como será o Natal, por exemplo, de Wolfgang Sauer, diretor da Volkswagen e sócio do Brasilinvest. O homem nasceu em Delfim Netto e companhia. (Olivia Rangel, Domingos Abreu, colaborou Issa Trajten-gertz)



Frei Alamiro: “Favelado sem Natal”